

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2025**

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	17
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	31
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	33
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	36
9	PARTES RELACIONADAS	36
10	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	39
11	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	41
12	INTANGÍVEL	41
13	ATIVOS DE CONTRATO	43
14	FORNECEDORES	44
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	45
16	DEBÊNTURES	47
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	49
18	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	50
19	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	52
20	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	58
21	OUTRAS CONTAS A PAGAR	59
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59
23	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	60
24	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	63
25	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	64
26	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	65
27	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	65
28	RESULTADO FINANCEIRO	66
29	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	67
30	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	71
31	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	82
32	COMPROMISSOS FUTUROS	83
33	EVENTOS SUBSEQUENTES	83



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 745.357 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Companhia, relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da Companhia para a Eletrobras, e que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 569.938 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa no 6 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, o montante de R\$ 2.920.879 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.




**Shape the future
with confidence**

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.214	85.029	Fornecedores	14	1.135.835	1.319.892
Aplicações financeiras	5	718.835	1.132.207	Fornecedores - Risco sacado	14.1	64.889	49.273
Contas a receber de clientes	6	2.099.129	1.865.034	Empréstimos e financiamentos	15	689.381	26.378
Almoxarifado		66.787	14.890	Debêntures	16	324.492	237.272
Serviços pedidos		120.683	93.496	Passivo de arrendamento		1.285	959
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	430.643	-	Impostos e contribuições a recolher	17	328.616	161.386
Impostos e contribuições a recuperar	8	754.547	738.509	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		572	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		85.444	135.524	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		63.523	83.278
Depósitos vinculados	19	9.478	-	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	375.315
Outros créditos a receber	10	533.578	315.728	Contribuição de iluminação pública		74.683	57.451
Total do ativo circulante		4.861.338	4.380.417	Encargos setoriais		38.978	61.997
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5	30.749	27.506	Instrumentos financeiros derivativos	30.4	1.154	814
Contas a receber de clientes	6	63.418	65.247	Provisões para riscos judiciais	19	770.305	-
Serviços pedidos		62.357	65.889	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	367.877	204.611
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	246.715	-	Benefício pós-emprego	29	2.603	2.437
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.277.550	1.682.816	Outras contas a pagar	21	794.441	587.392
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		75.600	-	Total do passivo circulante		4.658.634	3.168.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.483.974	2.249.542	Não circulante			
Depósitos vinculados	19	158.891	170.708	Fornecedores	14	-	58.012
Outros créditos a receber	10	653.910	749.004	Empréstimos e financiamentos	15	1.621.687	636.958
Ativo financeiro da concessão	11	2.436.383	1.925.201	Debêntures	16	12.309.325	11.242.780
Intangível	12	11.554.466	10.711.704	Instrumentos financeiros derivativos	30.4	150.551	131.746
Ativos de contrato	13	2.318.175	1.747.377	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	85.376
Direito de uso		4.224	3.643	Passivo de arrendamento		3.266	2.872
Total do ativo não circulante		21.366.412	19.398.637	Impostos e contribuições a recolher	17	22.765	38.695
				Total do passivo não circulante			
				17.050.198			
				15.773.038			
				Patrimônio líquido			
				Capital social			
				22.1			
				5.664.952			
				5.664.952			
				Ajuste de avaliação patrimonial			
				22.2			
				9.555			
				(24.077)			
				Reserva de reavaliação			
				22.2			
				22.948			
				34.229			
				Reserva de capital			
				22.3			
				3.512.421			
				3.511.744			
				Prejuízos acumulados			
				22.3			
				(4.690.958)			
				(4.349.287)			
				Total do patrimônio líquido			
				4.518.918			
				4.837.561			
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
26.227.750				26.227.750			
23.779.054				23.779.054			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	24	12.711.891	10.855.406
Energia elétrica comprada para revenda	26	(5.877.638)	(5.190.963)
Custo de construção		(2.617.535)	(2.124.537)
Custo da operação		(1.298.181)	(1.428.503)
Custos de energia elétrica, construção e operação	25	(9.793.354)	(8.744.003)
Lucro bruto		2.918.537	2.111.403
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(220.194)	(78.464)
Despesas gerais e administrativas	25	(727.146)	(494.902)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	25	(240.569)	(64.249)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(190.735)	(122.183)
Total de despesas operacionais		(1.378.644)	(759.798)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		1.539.893	1.351.605
Receitas financeiras	28	746.175	533.697
Despesas financeiras	28	(2.924.777)	(1.956.398)
Resultado financeiro		(2.178.602)	(1.422.701)
Resultado antes de imposto de renda e da contribuição social		(638.709)	(71.096)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18.4	(52.344)	(6.054)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.4	338.101	434.042
Impostos sobre o lucro		285.757	427.988
Lucro (prejuízo) do exercício		(352.952)	356.892
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária	22.4	(1,24689)	1,26080
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		283.067	283.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(352.952)	356.892
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	33.632	(61.678)
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(11.281)	(9.937)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	22.351	(71.615)
Total resultados abrangentes	(330.601)	285.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.664.952	3.509.456	44.166	37.601	(4.716.116)	4.540.059
Resultado abrangente do exercício							
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos		-	-	(9.937)	-	9.937	-
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>		-	2.288	-	-	-	2.288
Resultados de <i>hedge accounting e benefícios pós-emprego</i> , líquido de tributos diferidos		-	-	-	(61.678)	-	(61.678)
Lucro do exercício		-	-	-	-	356.892	356.892
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.664.952	3.511.744	34.229	(24.077)	(4.349.287)	4.837.561
Resultado abrangente do exercício							
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	23.1	-	478	-	-	-	478
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching Shares</i>	23.3	-	199	-	-	-	199
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	22.2	-	-	(11.281)	-	11.281	-
Resultados de <i>hedge accounting e benefícios pós-emprego</i> , líquidos de tributos diferidos	29.4 e 30.4	-	-	-	33.632	-	33.632
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(352.952)	(352.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.664.952	3.512.421	22.948	9.555	(4.690.958)	4.518.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(352.952)	356.892
Ajustes para:		
Amortização	708.253	682.216
Baixa de intangível, financeiro e contratual	19.465	31.901
Atualização do ativo financeiro e contratual	(90.440)	(75.084)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo	1.564.206	1.445.497
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	240.569	64.249
Encargos financeiros sobre componentes financeiros de créditos	61.510	-
Baixa de recebíveis incobráveis	-	5.759
Perdas com instrumentos derivativos	212.543	(41.516)
Ajuste a valor presente	5.117	11.239
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	(195.130)	20.088
Provisão e atualização de encargos setoriais	103.000	93.129
Provisão e atualização para riscos judiciais e depósitos vinculados	909.865	53.876
Rendimentos de aplicações financeiras	(95.794)	(146.389)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(1.442.210)	(896.282)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(338.101)	(434.042)
Imposto de renda e contribuição social correntes	52.344	6.054
Valor justo das opções de compra	6.544	5.330
Plano de aposentadoria e pensão	20.457	17.937
Encargos de geração distribuída	-	4.976
Provisão para perda de estoque	57.043	-
PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores	(51.759)	(201.249)
Subtotal	1.394.530	1.004.581
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(390.404)	(30.269)
Serviços pedidos	(23.655)	(17.793)
Depósitos vinculados	2.339	(6.757)
Almoxarifado	(51.897)	9.432
Impostos e contribuições a recuperar	(6.688)	(56.994)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(25.520)	(54.656)
Outros créditos a receber	(144.426)	79.339
Fornecedores	(278.646)	(407.612)
Fornecedores - risco sacado	15.616	(6.718)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(211.523)	(117.321)
Impostos e contribuições a recolher	705.804	697.771
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(4.588)	(6.054)
Benefícios pós-emprego	(17.482)	(16.919)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8.783	3.212
Encargos setoriais	(80.226)	(98.686)
Provisão para riscos judiciais	(447.686)	(419.634)
Contribuição de iluminação pública	17.232	4.967
Outras contas a pagar	220.756	294.926
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(712.211)	(149.766)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(47.184)	-
Juros recebidos de aplicações financeiras	105.051	146.389
Juros pagos	(1.406.122)	(1.284.376)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(665.936)	(283.172)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(2.317.019)	(1.788.614)
Resgate (aplicações) financeiras	400.872	(301.052)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.916.147)	(2.089.666)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.691.041	563.600
Amortização de empréstimos e financiamentos	(37.902)	(14.530)
Captação de debêntures	2.740.269	7.076.938
Amortização de debêntures	(1.852.910)	(5.593.658)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.230)	(6.464)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.539.268	2.025.886
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(42.815)	(346.952)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85.029	431.981
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	42.214	85.029
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(42.815)	(346.952)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	2025	2024
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	15.330.302	13.272.178
Receitas de construção	2.617.535	2.124.537
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(240.569)	(64.249)
Outras receitas	2.543	-
Subtotal	17.709.811	15.332.466
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(8.495.173)	(7.315.500)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.158.764)	(1.238.498)
Outras despesas	(493.263)	(127.234)
Subtotal	(10.147.200)	(8.681.232)
Valor adicionado bruto	7.562.611	6.651.234
Amortização	(708.253)	(682.216)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	6.854.358	5.969.018
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	769.111	550.442
Valor adicionado total a distribuir	7.623.469	6.519.460
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	138.750	71.974
Benefícios	32.180	23.575
FGTS	23.716	28.051
Subtotal	194.646	123.600
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.802.006	2.241.017
Estaduais	2.047.558	1.838.897
Municipais	498	473
Subtotal	4.850.062	4.080.387
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.990.144	1.456.852
Aluguéis	6.936	2.183
Outros	934.633	499.546
Subtotal	2.931.713	1.958.581
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos		
Lucro (prejuízo) do exercício	(352.952)	356.892
Subtotal	(352.952)	356.892
Valor adicionado	7.623.469	6.519.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia ou Equatorial Goiás) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B". Domiciliada no Brasil, com sede na Rua 2, 505, Bairro Jardim Goiás, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange todo o Estado de Goiás com 340.243 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 3.521.704(*) consumidores em 237 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 237 municípios.

O 8º Termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, celebrado em 23 de fevereiro de 2023, formalizou a transferência de controle social da Companhia para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentou prejuízo de R\$ 352.952 (lucro de R\$ 356.892 em 31 de dezembro de 2024), prejuízo acumulado de R\$ 4.690.958 (R\$ 4.349.287 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido positivo, no valor de R\$ 202.704 (R\$ 1.211.962 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia vem revertendo este cenário com planos de reavaliação de contratos (curto e médio prazo), renegociando com fornecedores para equilíbrio de preços no padrão de gestão da Equatorial, revisão de procedimentos e processos para ganho de eficiência com as demais empresas do Grupo, além de uma política de alongamento de pagamentos e renegociação de débitos anteriores. O resultado antes do resultado financeiro e impostos nesse exercício apresentou lucro superior ao comparativo com o exercício anterior, motivado principalmente pelo reposicionamento tarifário ao fim de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o referido resultado foi de R\$ 1.539.893 (R\$ 1.351.605 em 31 de dezembro de 2024).

O fluxo de caixa operacional foi negativo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 665.936 (R\$ 283.172 em 31 de dezembro de 2024). Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- Atuação no plano de melhoria e expansão da rede, que se iniciou em 2023, manteve-se ao longo do ano de 2024 e 2025, e que continuará em 2026, com o objetivo de realizar investimentos que melhorem a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aos clientes e atendam as necessidades de expansão do sistema elétrico do Estado de Goiás. Os investimentos visam atender aos pedidos de ligação de clientes, garantir aumento de receita e reduzir os indicadores coletivos de continuidade do sistema elétrico, e por conseguinte, diminuição dos desembolsos por penalidades de descontinuidade do sistema elétrico; e
- Atuação em planos de combate as perdas de energia e de ações de cobrança (cortes, renegociação, entre outros), buscando maximizar a receita, recuperar créditos e aumentar o caixa da Companhia.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Indicadores de continuidade de fornecimento

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão de Goiás para a Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de três anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

O afastamento da caducidade, pelo período previsto no despacho, foi incorporado ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000-ANEEL pelo seu Oitavo Termo Aditivo, de 23 de fevereiro de 2023. Por meio deste, alterou-se a redação da Cláusula Terceira, Subcláusula Décima Quarta e estabeleceu o ano de 2026 como marco inicial para verificação da inadimplência da distribuidora com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira, para fins de abertura de processo de caducidade.

Conforme consta na Nota Técnica nº 98/2023-STD/ANEEL, de 06 de outubro de 2023, emitida no âmbito do processo de revisão da Equatorial Goiás, os limites globais vigentes para o ano de 2026 são: DEC: 11,02 horas e FEC: 7,10 vezes. Considerando o desafio existente, a Companhia, com objetivo de melhorar a qualidade do fornecimento e aproximar-se dos limites definidos pela ANEEL, criou um planejamento robusto, composto por inúmeras obras e ações de manutenção.

Frisa-se ainda que o referido plano de ação tem sido acompanhado pela ANEEL, por meio do Plano de Resultados instaurado para o ciclo 2024-2028, cujo objetivo é garantir a melhoria substancial dos conjuntos elétricos. Os resultados obtidos para o Plano de Resultados mostram-se promissores, dado que a Companhia tem superado as metas de aderência da quantidade dos conjuntos dentro dos limites regulatórios, desde o início do plano em 2024.

1.4 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária e em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que regulamentou a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 trouxe maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas	Descrição
Contas a receber de clientes	3.11.1, 6 e 30	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.12.2, 6.2 e 30	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.6, 7 e 30	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	3.3.1 e 11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	3.3.2 e 12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.4 e 13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.7.2 e 18	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias.
Provisão para riscos judiciais	3.13 e 19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamentos baseados em ações	3.8.2, 23	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.
Receita operacional líquida	3.1 e 24	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	3.8 e 29	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros	3.11 e 30	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade;
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.3.1 – Ativo Financeiro (indenizável).

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.3 Ativo intangível e ativo financeiro da concessão

A Companhia opera sob contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica firmado com a União, na qualidade de poder concedente. O contrato estabelece que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em

fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

3.3.1 Ativo financeiro da concessão

A companhia reconhece ativo financeiro sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia.

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

3.3.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.3.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e conseqüente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.5 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

A estrutura das tarifas de energia elétrica da Companhia é composta por:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- Reajuste tarifário anual, para atualização de custos;
- Revisão tarifária periódica a cada cinco anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, apurados no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.8 Benefícios a empregados

3.8.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 1) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

3.8.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

3.9 Capital social

3.9.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

3.11 Instrumentos financeiros

3.11.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.11.2 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.11.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11.4 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido a seguir.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa e a valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 30.5.c - Risco de mercado.

3.11.5 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.12.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 30.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto quando a Companhia já reconheceu como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.12.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do contas a receber dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.12.3 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax).

Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente. A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 12.2 – Avaliação de *Impairment*.

3.13 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.15 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.16 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.16.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.16.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	33.240	27.862
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	6.561	48.944
Operações compromissadas	2.413	8.088
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	-	130
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	5
Subtotal de equivalentes de caixa	8.974	57.167
Total	42.214	85.029

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 98,40% do CDI (99,44% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	2025	2024
Circulante		
Fundo de investimento		
Cotas de fundos de investimento	683.666	1.107.090
Cotas de fundos de investimento FIDC	25.617	19.865
Letra financeira	-	64
Títulos públicos	-	841
Fundo aberto	9.552	4.347
Total circulante	718.835	1.132.207
Não circulante		
Recurso vinculado (a)	30.749	27.506
Total não circulante	30.749	27.506
Total	749.584	1.159.713

- (a) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale 102,75% do CDI (100,39% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
Até 90 dias		Mais de 90 dias	Até 90 dias			Mais de 90 dias		
Residencial	437.977	301.538	217.692	957.207	364.183	257.339	202.687	824.209
Industrial	15.921	10.396	22.088	48.405	15.537	8.845	23.038	47.420
Comercial	97.498	58.471	67.422	223.391	91.996	50.049	63.018	205.063
Rural	88.579	54.193	41.686	184.458	53.862	44.569	43.660	142.091
Poder público	45.198	12.644	7.867	65.709	30.291	12.320	8.806	51.417
Iluminação pública	34.804	7.795	18.125	60.724	31.923	4.339	28.390	64.652
Serviço público	31.822	3.996	5.505	41.323	23.007	3.097	1.655	27.759
Contas a receber de consumidores faturados	751.799	449.033	380.385	1.581.217	610.799	380.558	371.254	1.362.611
Residencial	38.171	9.324	94.140	141.635	43.363	9.294	88.535	141.192
Industrial	5.190	1.383	4.708	11.281	5.787	2.799	4.217	12.803
Comercial	20.688	3.010	30.904	54.602	23.478	2.707	30.037	56.222
Rural	12.356	2.129	13.128	27.613	10.448	2.003	13.399	25.850
Poder público	38.177	1.975	38.915	79.067	45.499	3.375	44.201	93.075
Iluminação pública	50.924	3.018	3.804	57.746	51.226	2.610	7.159	60.995
Serviço público	3.142	383	172	3.697	1.059	129	267	1.455
Parcelamentos (a)	168.648	21.222	185.771	375.641	180.860	22.917	187.815	391.592
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	569.938	-	-	569.938	449.292	-	-	449.292
Baixa renda (c)	53.690	-	-	53.690	32.801	-	-	32.801
Outras	34.951	15.413	32.594	82.958	38.103	4.498	20.687	63.288
Subtotal	1.579.026	485.668	598.750	2.663.444	1.311.855	407.973	579.756	2.299.584
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(44.542)	(34.885)	(421.470)	(500.897)	(30.633)	(17.182)	(321.488)	(369.303)
Total contas a receber clientes	1.534.484	450.783	177.280	2.162.547	1.281.222	390.791	258.268	1.930.281
Circulante				2.099.129				1.865.034
Não circulante				63.418				65.247

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 32.064 (R\$ 30.063 em 31 de dezembro de 2024), resultando no reconhecimento de R\$ 2.001 no resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	Provisões/ Reversões (a)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(169.631)	(142.553)	28.985	(283.199)
Parcelamentos	(188.064)	3.759	-	(184.305)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.229)	(7.828)	-	(10.057)
Outros	(9.379)	(13.957)	-	(23.336)
Total	(369.303)	(160.579)	28.985	(500.897)

	2023	Provisões/ Reversões	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(187.119)	(64.517)	82.005	(169.631)
Parcelamentos	(209.432)	21.368	-	(188.064)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.020)	791	-	(2.229)
Outros	(12.417)	3.038	-	(9.379)
Total	(411.988)	(39.320)	82.005	(369.303)

- (a) A movimentação líquida do exercício gerou um complemento de provisão no montante de R\$ 160.579, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 156.137 e de R\$4.442, respectivamente, conforme notas explicativas nº 25 – Custo do serviço e despesas operacionais e nº 28 – Resultado financeiro.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS (j)	2025
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(9.210)	154.965	132.591	2.207	-	-	280.553
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(7.002)	(2.497)	37.493	3.264	-	-	31.258
Rede básica (c)	106.995	(20.912)	(22.459)	13.019	-	-	76.643
Compra de energia CVA (d)	(200.265)	151.612	466.371	5.729	-	-	423.447
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	68.146	(20.442)	(54.435)	3.444	-	-	(3.287)
Transp. Itaipu	6.537	8.981	(6.431)	831	-	-	9.918
Subtotal	(34.799)	271.707	553.130	28.494	-	-	818.532
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (f)	76.492	(57.417)	101.656	8.937	-	-	129.668
Neutralidade (g)	(192.434)	(52.750)	338.705	5.728	-	-	99.249
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(69.454)	(76.619)	69.468	(1.639)	-	-	(78.244)
Risco hidrológico (h)	(334.515)	-	8.020	(22.163)	-	-	(348.658)
CDE Modicidade tarifária (i)	(41.512)	7.749	32.550	(3.339)	(7.749)	-	(12.301)
Compensação créditos PIS/COFINS (j)	94.509	-	203.791	(2.922)	-	(295.378)	-
Outros (k)	41.022	115.436	(119.000)	32.688	(1.034)	-	69.112
Subtotal	(425.892)	(63.601)	635.190	17.290	(8.783)	(295.378)	(141.174)
Total	(460.691)	208.106	1.188.320	45.784	(8.783)	(295.378)	677.358
Circulante							
Valores a receber	751.812						1.233.042
Valores a devolver	(1.127.127)						(802.399)
Efeito líquido ativo (passivo)	(375.315)						430.643
Não circulante							
Valores a receber	261.641						617.691
Valores a devolver	(347.017)						(370.976)
Efeito líquido ativo (passivo)	(85.376)						246.715
Efeito líquido total	(460.691)						677.358

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS (j)	2024
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(22.798)	(68.726)	79.994	2.320	-	-	(9.210)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(18.830)	560	12.893	(1.625)	-	-	(7.002)
Rede básica (c)	129.966	(33.084)	(1.606)	11.719	-	-	106.995
Compra de energia CVA (d)	(415.302)	240.319	16.475	(41.757)	-	-	(200.265)
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	34.362	(11.529)	39.671	5.642	-	-	68.146
Transp. Itaipu	19.949	(12.988)	(2.076)	1.652	-	-	6.537
Subtotal	(272.653)	114.552	145.351	(22.049)	-	-	(34.799)
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (f)	90.670	27.591	(43.561)	1.792	-	-	76.492
Neutralidade (g)	(123.467)	145.191	(201.865)	(12.293)	-	-	(192.434)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(56.089)	(66.347)	54.481	(1.499)	-	-	(69.454)
Risco hidrológico (h)	(299.511)	5.764	(24.803)	(15.965)	-	-	(334.515)
CDE Modicidade tarifária (i)	(31.088)	47.638	(5.383)	(5.041)	(47.638)	-	(41.512)
Compensação créditos PIS/COFINS (j)	-	-	863.510	6.882	-	(775.883)	94.509
Outros (k)	114.260	124.858	(244.896)	2.374	44.426	-	41.022
Subtotal	(305.225)	284.695	397.483	(23.750)	(3.212)	(775.883)	(425.892)
Total	(577.878)	399.247	542.834	(45.799)	(3.212)	(775.883)	(460.691)
Circulante							
Valores a receber	580.881						751.812
Valores a devolver	(726.998)						(1.127.127)
Efeito líquido ativo (passivo)	(146.117)						(375.315)
Não circulante							
Valores a receber	98.835						261.641
Valores a devolver	(530.596)						(347.017)
Efeito líquido ativo (passivo)	(431.761)						(85.376)
Efeito líquido total	(577.878)						(460.691)

- (a) A conta de CDE foi impactada no exercício, principalmente, pelos custos com as quotas de CDE USO e GD de acordo com a REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, por ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024 e 2025, resultando em um movimento positivo do exercício de R\$ 251.317, em contrapartida registrou-se um movimento passivo de devolução de cobertura dos encargos CDE Covid e Escassez, que tiveram os empréstimos quitados, com efeito negativo de R\$ 47.365, o efeito negativo do processo tarifário em R\$ 48.987, resultando no movimento positivo da conta de CDE em R\$ 154.965;
- (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado no exercício pelos custos com a quota PROINFA de acordo com a REH nº 3.422 de 03 de dezembro de 2024 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024, no valor de R\$ 36.169, e pelo efeito negativo do processo tarifário de R\$ 38.666;
- (c) O saldo da CVA Rede básica foi impactado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva de R\$ 52.577, decorrente do aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2025, o que resultou em custos com a Rede Básica superior à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2024 e pelo efeito negativo do processo tarifário de R\$ 73.489;
- (d) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no exercício os custos o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, o que explica o principal movimento de R\$ 490.559; pelo efeito negativo do processo tarifário de R\$ 258.917, e o efeito negativo de R\$ 80.030 devido ao lançamento da provisão da neutralidade da bandeira faturada de novembro e dezembro de 2025 não homologados pela Aneel, totalizando movimento de constituição de R\$ 151.612;
- (e) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo o total da constituição passiva no valor de R\$ 29.932. O Efeito do Reajuste foi de R\$ 9.490 positivos;
- (f) A constituição do saldo negativo R\$ 57.417 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia;
- (g) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No exercício atual, foi registrada um saldo negativo de constituição de R\$ 52.750;
- (h) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (i) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia;
- (j) Trata-se de ressarcimento de PIS/COFINS aos consumidores após homologação em processo de revisão tarifária pela ANEEL. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 20 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; e
- (k) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações de Diferimento TUSDg, pela Quitação da Conta Covid, pela Neutralidade COVID, pela Penalidade por descumprimento de meta de universalização, pela Recomposição Itaipú, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada cinco anos, realiza a Revisão Tarifária Periódica (RTP), sendo a próxima em 2028, onde é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de outubro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.544, de 21 de outubro de 2025, foram reajustadas, em média, 18,55%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 275.382 de bandeira tarifária (R\$ 286.927 em 31 de dezembro de 2024), sendo que, R\$ 273.158 de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes (R\$ 166.755 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 2.224 (R\$ 120.172 em 31 de dezembro de 2024) via CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Circulante		
ICMS a recuperar	143.657	127.697
PIS e COFINS	7.894	7.894
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) - (a)	602.118	602.118
Outros	878	800
Total circulante	754.547	738.509
Total não circulante	1.277.550	1.682.816
Totais impostos e contribuições a recuperar	2.032.097	2.421.325

- (a) Referem-se aos créditos tributários reconhecidos em conformidade com a Lei nº 14.385/22, os quais são compensados via PERDCOMP. Ver nota explicativa nº 20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores para mais detalhes. A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	2025	
	Valor	%
Circulante	602.118	36%
2027	602.123	36%
2028	476.273	28%
Não circulante	1.078.396	64%
Total	1.680.514	100%

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, com as empresas descritas abaixo:

	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Companhias					
Outras contas a receber – (bens materiais)					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.951	-	36	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	233	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	269	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	3.222	-	1.162	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	346	-	-	-
Total		6.021	-	1.198	-
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	6.264	18.546	5.238	8.315
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.098	19.733	7.422	11.199
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	629	5.797	1.729	3.074
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	863	7.644	2.504	3.996
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	713	8.214	2.489	4.289
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	197	2.097	586	1.023
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	-	63	46	68
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	-	60	44	66
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	-	90	55	82
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	-	191	203	300
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	-	69	48	72
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	-	75	49	73
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	-	120	94	140
Total		10.764	62.699	20.507	32.697

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Fornecedores

Entidade é membro do mesmo grupo econômico

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(204)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.281)	-	(731)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(797)	-	(518)	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(12.225)	(9.139)	(11.671)	(37.845)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(3.888)	(46.384)	(1.134)	(12.981)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	(236)	(2.017)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	(211)	(1.964)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	(308)	(2.891)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	(555)	(5.146)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	(159)	(2.125)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	(318)	(2.955)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	(286)	(3.311)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(j)	(6.692)	-	-	-
Total		(25.087)	(55.523)	(16.127)	(71.235)

Empresas	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outros Contas a Pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(11.422)	(60.185)	(10.369)	(22.249)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(3.155)	(20.966)	(4.936)	(9.096)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(904)	(8.422)	(2.503)	(4.674)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(782)	(7.955)	(1.431)	(2.719)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	(658)	(8.407)	(2.565)	(3.872)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	(112)	(2.030)	(593)	(1.070)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	-	(34)	(17)	(21)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	-	(59)	(27)	(34)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	-	(49)	(9)	(13)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	-	(1.016)	(309)	(521)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	-	(37)	(14)	(18)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	-	(41)	(5)	(9)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	-	(65)	(41)	(51)
Instituto Equatorial	(h)	-	(3.332)	-	(4.248)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(i)	(2.042)	(28.178)	(58.045)	(97.053)
Total		(19.075)	(140.776)	(80.864)	(145.648)

- (a) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (b) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (c) Os valores são provenientes de compra de bens materiais;
- (d) Os valores são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) O valor é referente a contratação de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (f) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (g) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (h) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto Equatorial;
- (i) Em 19 de julho de 2023, foi assinado o 1º Aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (j) Referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE).

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 10.270 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025 (R\$ 5.350 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas-chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 29 – Benefícios pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de previdência privada com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 23 - Planos de incentivos de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Remuneração fixa anual	2.336	1.383
Salário ou Pró-labore	2.216	1.335
Benefícios diretos e indiretos	120	48
Remuneração variável	2.628	983
Remuneração baseada em ações	1.689	1.318
Benefícios pós emprego	50	20
Valor total da remuneração	6.703	3.704

9.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança da controladora indireta, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

10 Outros créditos a receber

10.1 Composição dos saldos

	2025	2024
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	73.904	15.580
Subvenção descontos tarifários (b)	253.855	133.623
Uso mútuo de poste	-	61.581
Incentivo à redução de consumo	4.838	4.838
Despesas pagas antecipadamente	3.030	695
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	95.578	35.691
Partes relacionadas	16.785	21.705
Neutralidade PIS/COFINS	-	6.411
Outros créditos a receber	96.268	54.133
(-) PECLD (d)	(10.680)	(18.529)
Total circulante	533.578	315.728
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	395.956	442.196
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	253.823	304.164
Outros créditos a receber	4.131	2.644
Total não circulante	653.910	749.004
Totais outros créditos a receber	1.187.488	1.064.732

- (a) Refere-se ao registro de adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e serviços não destinados a Ordens de Imobilização - ODI;
- (b) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13º, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018;
- (c) Consultar nota explicativa nº 10.2 – Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC;
- (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa decorrentes de uso mútuo de poste.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



10.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	2024		2025					Saldo final
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (c.1)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (c.2)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (c.3)	
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.005.390	(70.858)	(313.935)	-	-	-	-	620.597
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c.2)	(563.194)	-	-	338.553	-	-	-	(224.641)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	442.196	(70.858)	(313.935)	338.553	-	-	-	395.956
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.070.180	-	313.935	-	(12.627)	-	-	1.371.488
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c.2)	(513.369)	-	-	(143.423)	-	-	-	(656.792)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c.3)	(216.956)	-	-	-	-	-	(148.339)	(365.295)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	339.855	-	313.935	(143.423)	(12.627)	-	(148.339)	349.401
Total	782.051	(70.858)	-	195.130	(12.627)	-	(148.339)	745.357

	2023		2024					Saldo final
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD	
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.154.836	18.195	(167.641)	-	-	-	-	1.005.390
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c.2)	(632.961)	-	-	69.767	-	-	-	(563.194)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	521.875	18.195	(167.641)	69.767	-	-	-	442.196
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	922.189	-	167.641	-	(25.050)	5.400	-	1.070.180
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c.2)	(423.514)	-	-	(89.855)	-	-	-	(513.369)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c.3)	(165.818)	-	-	-	-	-	(51.138)	(216.956)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	332.857	-	167.641	(89.855)	(25.050)	5.400	(51.138)	339.855
Total	854.732	18.195	-	(20.088)	(25.050)	5.400	(51.138)	782.051

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



(c.1) O montante de reversão no valor de R\$ 70.858 (adição de R\$ 18.195 em 31 de dezembro de 2024), refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma reversão no montante de R\$ 18.623 (15.702 em 31 de dezembro de 2024) e às reversões de atualizações, no montante de R\$ 52.235 (atualização no valor de R\$ 33.897 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao passivo, conforme nota explicativa nº 19.2 - Movimentação dos riscos judiciais;

(c.2) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 881.433 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juizes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi uma reversão de R\$ 195.130, sendo R\$ 9.184 com impacto no resultado operacional (provisão de R\$ 39.231 em 31 de dezembro de 2024) e 185.946 no resultado financeiro (reversão de R\$ 19.143 em 31 de dezembro de 2024), conforme notas explicativas nº 25 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 28 - Resultado financeiro; e

(c.3) Sobre o saldo de "Créditos Especiais - Aguardando ressarcimento" é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de dezembro de 2025, foi calculada uma provisão de R\$ 148.339 (R\$ 51.138 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 91.271 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 25 - Custos do serviço e despesas operacionais e R\$ 57.068 com impacto no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 28 - Resultado financeiro. Para a estimativa, são observados tanto o volume de recebimentos quanto requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

11 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Atualização do ativo financeiro	Transferência Ativos de contrato	Baixas	2025
Ativo financeiro	1.979.530	92.937	434.328	(993)	2.505.802
Obrigações especiais	(54.329)	(2.497)	(12.593)	-	(69.419)
Total ativo financeiro da concessão	1.925.201	90.440	421.735	(993)	2.436.383

	2023	Atualização do ativo financeiro	Transferência Ativos de contrato	Baixas	2024
Ativo financeiro	1.431.525	77.308	470.697	-	1.979.530
Obrigações especiais	(34.265)	(2.224)	(17.840)	-	(54.329)
Total ativo financeiro da concessão	1.397.260	75.084	452.857	-	1.925.201

12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2025			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,34%	19.806.382	(7.135.078)	(1.116.838)	11.554.466
Total		19.806.382	(7.135.078)	(1.116.838)	11.554.466

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,45%	18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704
Total		18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



12.1 Movimentação do ativo intangível

	2024	Adições	Baixas (a)	Transferência ativos de contrato	Reclassificações	Outros	2025
Em serviço	18.339.997	-	(144.230)	1.610.615	-	-	19.806.382
(-) Amortização	(6.471.347)	(789.472)	125.741	-	-	-	(7.135.078)
Total em serviço	11.868.650	(789.472)	(18.489)	1.610.615	-	-	12.671.304
Obrigações especiais em serviço	(1.478.136)	-	-	(42.497)	(557.040)	-	(2.077.673)
(-) Amortização	321.190	82.588	-	-	557.040	17	960.835
Total em obrigações especiais	(1.156.946)	82.588	-	(42.497)	-	17	(1.116.838)
Total	10.711.704	(706.884)	(18.489)	1.568.118	-	17	11.554.466

	2023	Adições	Baixas (a)	Transferência ativos de contrato	Reclassificações	Outros	2024
Em serviço	17.027.622	-	(162.424)	1.474.799	-	-	18.339.997
(-) Amortização	(5.847.408)	(754.462)	130.523	-	-	-	(6.471.347)
Total em serviço	11.180.214	(754.462)	(31.901)	1.474.799	-	-	11.868.650
Obrigações especiais em serviço	(1.409.023)	-	-	(69.113)	-	-	(1.478.136)
(-) Amortização	242.907	78.283	-	-	-	-	321.190
Total em obrigações especiais	(1.166.116)	78.283	-	(69.113)	-	-	(1.156.946)
Total	10.014.098	(676.179)	(31.901)	1.405.686	-	-	10.711.704

(a) Referem-se às baixas de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas.

12.2 Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida

A Companhia realizou teste de recuperabilidade pelo valor em uso, mensurado pelo valor presente dos fluxos de caixa projetados até o fim da concessão (20 anos), com base em orçamentos e premissas aprovados pela Administração. Para fins do CPC 01, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia utilizou a taxa de desconto pré-imposto de 12,17% em 31 de dezembro de 2025 (11,70% em 31 de dezembro de 2024), derivada do WACC ajustado para refletir o valor temporal do dinheiro e riscos específicos não capturados nos fluxos.

De forma geral, os testes contemplam as seguintes premissas:

- **Receita operacional líquida:** volume de mercado (histórico e perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias) e tarifas projetadas conforme processos ANEEL (reajustes/revisões), deduzidas de encargos setoriais e tributos;
- **Custo do serviço:** compra de energia (contratos ~102% do mercado projetado) e CVAs, encargos regulatórios (CDE – COVID, Escassez Hídrica, Eletrobras e Uso, PROINFA, ESS/ERR, TFSEE, CUSD) conforme normas e metodologias homologadas;
- **OPEX:** crescimento de consumidores, inflação e manutenção de DEC, FEC e perdas nos patamares regulatórios;
- **IAR:** conforme políticas de cobrança e desempenho esperado;
- **CAPEX:** com base em Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI), segundo metodologia ANEEL para ciclos subsequentes.

Com o objetivo de avaliar a robustez do valor recuperável, a Companhia realizou análise de sensibilidade aplicando variações independentes e combinadas nas premissas mais relevantes do modelo:

- taxa de desconto;
- taxa de crescimento.

Os resultados demonstraram que, alterações razoavelmente possíveis nessas premissas em todos os cenários simulados, o valor em uso permaneceu superior ao valor contábil da UGC. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu pela não necessidade de reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025.

13 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Adições (a)	Transferências		2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	1.820.304	2.617.535	(1.610.615)	(434.328)	2.392.896
Obrigações especiais	(72.927)	(56.884)	42.497	12.593	(74.721)
Total ativos de contrato	1.747.377	2.560.651	(1.568.118)	(421.735)	2.318.175

	2023	Adições	Transferências		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	1.641.263	2.124.537	(1.474.799)	(470.697)	1.820.304
Obrigações especiais	(52.166)	(107.714)	69.113	17.840	(72.927)
Total ativos de contrato	1.589.097	2.016.823	(1.405.686)	(452.857)	1.747.377

- (a) O montante de R\$ 2.560.651 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 2.317.019 impactou o caixa da Companhia, R\$ (57.043) refere-se a provisão para perda de estoques, conforme nota explicativa nº 27 – Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 31.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 36.577 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 191.768 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 72.330 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20(R1) - Custos de empréstimos.

14 Fornecedores

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	556.615	407.641
Encargos de uso da rede elétrica	179.320	120.391
Materiais e serviços (b)	316.801	659.709
Parcelamento Itaipu (c)	58.012	116.024
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	25.087	16.127
Total circulante	1.135.835	1.319.892
Não circulante		
Parcelamento Itaipu (c)	-	58.012
Total não circulante	-	58.012
Total fornecedores	1.135.835	1.377.904

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 148.974 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) aumento de R\$ 68.381 nas despesas do Mercado de Curto Prazo; e (ii) R\$ 80.593 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia;
- (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia; e
- (c) O valor registrado em 31 de dezembro de 2025, é referente a 6 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em Reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal mais juros remuneratórios.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio 38 dias (88 dias em 31 de dezembro de 2024).

14.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 64.889 (R\$ 49.273 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 685.889 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 515.542 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de pagamento destes títulos é de 47 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2024).

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
CDI	de 1,00% a.a. até 1,20% a.a.	14.029	582.757	596.786
Total moeda estrangeira		14.029	582.757	596.786
Moeda nacional				
PRÉ-FIXADO	6,80% a.a.	16.664	14.668	31.332
CDI	de 0,29% a.a. até 1,10% a.a.	662.346	1.033.793	1.696.139
Subtotal		679.010	1.048.461	1.727.471
(-) Custo de captação		(740)	(6.773)	(7.513)
(-) Ajuste a valor presente - AVP		(2.918)	(2.758)	(5.676)
Total moeda nacional		675.352	1.038.930	1.714.282
Total empréstimos e financiamentos		689.381	1.621.687	2.311.068
	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
CDI	1,20% a.a.	11.813	431.592	443.405
Total moeda estrangeira		11.813	431.592	443.405
Moeda nacional				
PRÉ-FIXADO	6,80% a.a.	12.737	25.366	38.103
CDI	1,10% a.a.	1.828	180.000	181.828
Total moeda nacional		14.565	205.366	219.931
Total empréstimos e financiamentos		26.378	636.958	663.336

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.977	37.966	-	-	49.943
Ingressos	-	180.000	-	383.600	563.600
Encargos	5.395	-	11.813	-	17.208
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	-	-	47.992	47.992
Transferências	12.600	(12.600)	-	-	-
Amortizações de principal	(14.530)	-	-	-	(14.530)
Pagamentos de juros	(3.609)	-	-	-	(3.609)
Ajuste a valor presente	2.732	-	-	-	2.732
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.565	205.366	11.813	431.592	663.336
Ingressos	600.000	910.000	-	188.825	1.698.825
Encargos	66.561	-	27.287	-	93.848
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	988	16.431	-	(37.660)	(20.241)
Transferências	85.083	(85.083)	-	-	-
Amortizações de principal	(37.902)	-	-	-	(37.902)
Pagamentos de juros	(57.330)	-	(25.071)	-	(82.401)
Custo de captação	271	(7.784)	-	-	(7.513)
Ajuste a valor presente (b)	3.116	-	-	-	3.116
Saldos em 31 de dezembro de 2025	675.352	1.038.930	14.029	582.757	2.311.068

- (a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (b) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo com a CELG Participações S.A., antiga parte relacionada da Companhia, realizado à época a título de mútuos cujo custo da dívida é de 6,80% a.a.

15.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	689.381	30%
2027	633.310	27%
2028	243.812	11%
2029	51.228	2%
2030	51.228	2%
De 2031 até 2043	648.882	28%
Subtotal	1.628.460	70%
(-) Custo de captação (não circulante)	(6.773)	0%
Não circulante	1.621.687	70%
Total	2.311.068	100%

15.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Bank of América	Santander	Scotiabank	Nota Comercial
Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,6	2,6	2,6	2,6

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, assegurado por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. O *covenant* estabelecido nos contratos consiste na relação Dívida Líquida/EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo

		2025		
		Principal e encargos		
Custo da dívida (% a.a.)		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	de -0,07% a.a. até 1,05% a.a.	315.885	10.027.526	10.343.411
IPCA	de 6,44% a.a. até 7,10% a.a.	34.004	2.433.899	2.467.903
Subtotal		349.889	12.461.425	12.811.314
(-) Custo de captação		(25.397)	(152.100)	(177.497)
Total moeda nacional		324.492	12.309.325	12.633.817
Total		324.492	12.309.325	12.633.817
		2024		
		Principal e encargos		
Custo da dívida (% a.a.)		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	de 0,27% a.a. até 1,65% a.a.	223.539	9.031.843	9.255.382
IPCA	de 6,44% a.a. até 7,10% a.a.	31.966	2.332.282	2.364.248
Subtotal		255.505	11.364.125	11.619.630
(-) Custo de captação		(18.233)	(121.345)	(139.578)
Total moeda nacional		237.272	11.242.780	11.480.052
Total		237.272	11.242.780	11.480.052

16.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	360.244	9.545.531	9.905.775
Ingressos	-	7.147.672	7.147.672
Encargos	1.132.075	-	1.132.075
Transferências	5.520.701	(5.520.701)	-
Amortização de principal	(5.593.658)	-	(5.593.658)
Pagamento de juros	(1.280.019)	-	(1.280.019)
Variação monetária	-	141.012	141.012
Custo de captação (c)	97.929	(70.734)	27.195
Saldos em 31 de dezembro de 2024	237.272	11.242.780	11.480.052
Ingressos	-	2.800.000	2.800.000
Encargos	1.390.252	-	1.390.252
Transferências	1.823.934	(1.823.934)	-
Amortizações de principal (a)	(1.852.910)	-	(1.852.910)
Pagamento de juros (a)	(1.295.868)	-	(1.295.868)
Variação monetária e marcação a valor justo (b)	-	150.210	150.210
Custo de transação (c)	21.812	(59.731)	(37.919)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.492	12.309.325	12.633.817

- (a) Em 2025, a Companhia realizou resgate antecipado da 4ª Emissão de Debêntures, 1ª Série. Em 16 de outubro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária no montante de R\$ 700.431, sendo R\$ 700.000 de amortização de principal e R\$ 431 de pagamento de juros, e em 10 de novembro de 2025, o resgate do saldo remanescente no montante de R\$ 1.165.049, sendo R\$ 1.152.910 de amortização de principal e R\$ 12.139 de pagamento de juros;
- (b) Além das variações monetárias, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e
- (c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas às debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	324.492	3%
2028	1.465.890	11%
2029	2.207.919	17%
2030	2.207.920	17%
De 2031 até 2037	6.579.696	53%
Subtotal	12.461.425	98%
(-) Custo de captação (não circulante)	(152.100)	-1%
Não circulante	12.309.325	97%
Total	12.633.817	100%

16.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantia fidejussória e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

<i>Covenants</i> debêntures	3 ^a debêntures	4 ^a debêntures	5 ^a debêntures	6 ^a debêntures	7 ^a debêntures	8 ^a debêntures	9 ^a debêntures	10 ^a debêntures	11 ^a debêntures
Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
Circulante		
ICMS	216.892	87.851
PIS e COFINS (a)	51.521	38.995
PIS e COFINS parcelamento (b)	19.513	17.198
ISS	15.354	10.899
Outros	25.336	6.443
Subtotal	328.616	161.386
Não circulante		
PIS e COFINS parcelamento (b)	22.765	38.695
Subtotal	22.765	38.695
Total	351.381	200.081

- (a) A variação refere-se principalmente ao volume de crédito de PIS e COFINS decorrente dos custos de energia elétrica para revenda; e
- (b) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

18.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Prejuízo fiscal	1.210.843	1.227.692
Base negativa CSLL	414.471	420.477
Subtotal	1.625.314	1.648.169
Ativos de:		
Diferenças temporárias		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	298.137	213.614
Provisão para riscos judiciais	521.358	238.308
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	299.687	366.031
Swap	51.580	92.324
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	27.766	21.567
Ajuste a valor presente (AVP)	9.964	4.882
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2) / IFRS 16	111	64
Obrigações com benefício pós-emprego	20.312	19.034
Provisão para pagamento baseado em ações	2.840	1.810
Provisão para perda de estoque	27.072	7.677
Outras despesas não dedutíveis	36.738	48.022
Total	2.920.879	2.661.502
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Valor novo de reposição – VNR	(100.697)	(70.533)
Reavaliação bens da concessão	(11.819)	(13.021)
Marcação a valor justo	(11.746)	-
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(312.643)	(328.406)
Total	(436.905)	(411.960)
Total tributo diferido ativo registrado	2.483.974	2.249.542

18.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025						
	2024	Resultado do exercício	Resultados abrangentes	Baixas	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.227.692	(16.849)	-	-	1.210.843	1.210.843	-
Base negativa CSLL	420.477	(6.006)	-	-	414.471	414.471	-
PECLD	213.614	84.523	-	-	298.137	298.137	-
Provisão para riscos judiciais	238.308	283.050	-	-	521.358	521.358	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	366.031	(66.344)	-	-	299.687	299.687	-
Provisão para participação nos lucros	21.567	6.199	-	-	27.766	27.766	-
Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16	64	47	-	-	111	111	-
Provisões atuariais	19.034	1.278	-	-	20.312	20.312	-
Valor novo de reposição – VNR	(70.533)	(30.164)	-	-	(100.697)	-	(100.697)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(328.406)	15.763	-	-	(312.643)	-	(312.643)
Ajuste a valor presente (AVP)	4.882	5.082	-	-	9.964	9.964	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	48.022	(11.284)	-	-	36.738	36.738	-
Reavaliação bens da concessão	(13.021)	1.202	-	-	(11.819)	-	(11.819)
Swap	92.324	62.925	(103.669)	-	51.580	51.580	-
Marcação a valor justo	-	(11.746)	-	-	(11.746)	-	(11.746)
Provisão para pagamento baseado em ações	1.810	1.030	-	-	2.840	2.840	-
Provisão para perda de estoque	7.677	19.395	-	-	27.072	27.072	-
Total	2.249.542	338.101	(103.669)	-	2.483.974	2.920.879	(436.905)

	2024						
	2023	Resultado do exercício	Resultados abrangentes	Baixas	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	881.615	393.367	-	(47.290)	1.227.692	1.227.692	-
Base negativa CSLL	296.016	141.487	-	(17.026)	420.477	420.477	-
PECLD	224.665	(11.051)	-	-	213.614	213.614	-
Provisão para riscos judiciais	291.703	(53.395)	-	-	238.308	238.308	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	359.201	6.830	-	-	366.031	366.031	-
Provisão para participação nos lucros	-	21.567	-	-	21.567	21.567	-
Arrendamentos – CPC 06	7.136	(7.072)	-	-	64	64	-
Provisões atuariais	22.104	-	(3.070)	-	19.034	19.034	-
Valor novo de reposição – VNR	(45.004)	(25.529)	-	-	(70.533)	-	(70.533)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(344.169)	15.763	-	-	(328.406)	-	(328.406)
Ajuste a valor presente AVP	-	4.882	-	-	4.882	4.882	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	84.494	(36.472)	-	-	48.022	48.022	-
Reavaliação bens da concessão	(6.988)	(6.033)	-	-	(13.021)	-	(13.021)
Swap	5.674	(19.789)	106.439	-	92.324	92.324	-
Provisão para pagamento baseado em ações	-	1.810	-	-	1.810	1.810	-
Provisão para perda de estoque	-	7.677	-	-	7.677	7.677	-
Total	1.776.447	434.042	103.369	(64.316)	2.249.542	2.661.502	(411.960)

18.3 Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.920.879 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa CSLL e ajustes temporários. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	39.311	167.598	325.621	1.015.804	1.372.545	2.920.879

18.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(638.709)	(638.709)	(71.096)	(71.096)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	159.677	57.484	17.774	6.399
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(2.221)	(497)	28.077	9.996
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	3.364	1.211	-	-
Amortização mais valia	(15.532)	(5.591)	-	-
Atualização de indébito tributário	45.018	16.198	-	-
Incentivo PAT	943	-	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	17	-	-	-
Mais Valia (PPA)	11.590	4.173	-	-
IRPJ/CSLL diferidos (a)	7.296	2.627	268.680	97.062
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	210.152	75.605	314.531	113.457
Alíquota efetiva (a)	33%	12%	442%	160%
IRPJ e CSLL correntes	(38.333)	(14.011)	(4.709)	(1.345)
IRPJ e CSLL diferidos	248.485	89.616	319.240	114.802

- (a) A variação refere-se ao reflexo da exclusão da atualização do indébito tributário, conforme o Tema 962 do Supremo Tribunal Federal (STF). Em dezembro de 2024, em conformidade com essa decisão, a Companhia registrou R\$ 356.033 em ativo diferido, referente aos períodos de 2021 e 2022, considerando a inconstitucionalidade da tributação de IRPJ e CSLL sobre a repetição do indébito.

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	563.360	25.671	349.940	29.238
Fiscais	333	50.122	-	47.378
Trabalhistas	1.535.308	92.576	1.353.478	94.092
Regulatório	714	-	4.976	-
Total	2.099.715	168.369	1.708.394	170.708
Total circulante	770.305	9.478	-	-
Total não circulante	1.329.410	158.891	1.708.394	170.708

Do total de provisões no valor de R\$ 2.099.715 (R\$ 1.708.394 em 31 de dezembro de 2024), o montante de R\$ 620.597 (R\$ 1.005.387 em 31 de dezembro de 2024) é referente a processos com vinculação ao FUNAC, passíveis de ressarcimento, conforme explicado no tópico abaixo, sendo R\$ 243.036 de processos cíveis (R\$ 273.117 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 377.325 de processos trabalhistas (R\$ 728.172 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 236 de processos fiscais (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 0 de processos regulatórios (R\$ 4.098 em 31 de dezembro de 2024). As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais. Para mais detalhes, verificar nota explicativa nº 10 – Outros créditos a receber.

19.1 Fundo de Aporte à CELG-D (atual Equatorial Goiás) – FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPAR em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC".

Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à Equatorial Goiás e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16 de maio de 2023 (acórdão publicado no dia 18 de maio de 2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de ressarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25 de julho de 2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18 de dezembro de 2023, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07 de fevereiro de 2024, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança. O Mandado de Segurança retornou para instância de origem para processamento e julgamento, contudo, foi sobrestado para julgamento da arguição de inconstitucionalidade n.º. 5019226-18.2023.8.09.0051.

O instrumento processual que deu origem à arguição de inconstitucionalidade foi a Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico (n.º 5019226-18.2023.8.09.0051), proposta pela CELG Distribuição em 13 de janeiro de 2023. Na ação, a empresa pleiteou a nulidade do ato que indeferiu seu pedido de ressarcimento com fundamento não previsto em lei. A sentença de primeira instância reconheceu a procedência do pedido, determinando que a análise dos requerimentos de ressarcimento da distribuidora fosse realizada conforme as disposições das Leis Estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Diante da interposição de apelação pelo Estado de Goiás, o Desembargador Relator determinou a instauração do incidente de inconstitucionalidade, submetendo a questão ao Órgão Especial do Tribunal. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela declaração de inconstitucionalidade parcial das referidas leis. O processo seguiu para julgamento do incidente pelo plenário do Tribunal de Justiça de Goiás, contudo, por ter sido suspenso, foi retirado de pauta.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula n.º 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADÉE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

19.2 Movimentação dos processos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições (a)	Utilização (1)	Reversão de provisão (2) (a)	Atualização (3) (b)	Saldo final
Cíveis	349.940	245.355	(183.773)	(56.179)	208.017	563.360
Fiscais	-	920	(719)	(60)	192	333
Trabalhistas	1.353.478	446.978	(263.194)	(353.553)	351.599	1.535.308
Regulatórios	4.976	-	-	(2.333)	(1.929)	714
Total contingências (a)	1.708.394	693.253	(447.686)	(412.125)	557.879	2.099.715

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	371.121	148.149	(118.444)	(92.155)	41.269	349.940
Trabalhistas	1.457.777	116.467	(164.498)	(113.500)	57.232	1.353.478
Regulatórios	219.814	75.927	(136.692)	(145.539)	(8.534)	4.976
Total contingências (a)	2.048.712	340.543	(419.634)	(351.194)	89.967	1.708.394

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (2) Reversões realizadas no exercício; e
- (3) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável.
- (a) Do total líquido de adição e reversão de R\$ 281.128, R\$ 299.751 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 25 - Custo do serviço e despesas operacionais), e R\$ 18.623 foram reversões do Ativo do FUNAC na rubrica de Créditos Especiais (nota explicativa nº 10 - Outros créditos a receber); e
- (b) Referente ao montante de atualização dos processos judiciais, sendo que R\$ 610.114 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 28 - Resultado financeiro) e R\$ 52.235 foram reversões do Ativo do FUNAC em Créditos Especiais (nota explicativa nº 10 - Outros créditos a receber).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	1.055.980	2.685.812
Trabalhistas	43.022	909.226
Fiscal	662	-
Regulatórias	8	11
Total	1.099.672	3.595.049

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

a) Cíveis

A Companhia figura como ré em processos cíveis, os quais referem-se, principalmente, aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem quebra de contrato, falha no fornecimento e cobrança indevida. Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo 0006678-32.2006.4.01.3500, que tem como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 32.021 (R\$ 46.643 em 31 de dezembro de 2024). Em dezembro de 2024, houve o julgamento do recurso de apelação, mantendo os termos da sentença que condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 2.187. Opostos embargos de declaração pela Companhia, também improvido. Apresentado recurso especial, o qual foi inadmitido em 07 de outubro de 2025. Foi interposto agravo em RESP, o qual está pendente de julgamento.

Processo 0387465-77.2009.8.09.0051, que tem como objeto a execução de título extrajudicial proposta em desfavor da Companhia, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, no montante de R\$ 158.915 (R\$ 145.798 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está suspenso até julgamento de Ação Civil Pública junto ao STJ.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, para as quais não foi constituída provisão, deste total, R\$ 928.884 (R\$ 2.352.106 em 31 de dezembro de 2024), refere-se a processos dos créditos FUNAC. Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

Processo 0165203-98.2001.8.09.0051 cujo objeto é a devolução de valores de cotas de ICMS que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 496.153 (R\$ 460.468 em 31 de dezembro de 2024). Em março de 2024 foi proferida a sentença de total improcedência dos pedidos do Município. Em julho de 2024, a Companhia interpôs recurso de apelação e o Município apresentou Recurso Adesivo. Proferida decisão para conhecer e negar ambos os recursos. Opostos embargos de declaração pela Companhia, estes foram rejeitados, sendo interposto Recurso Especial, o qual foi sobrestado pelo Tema 1255/STF.

Processo 0370546-95.2006.8.09.0090, cujo objeto é a devolução de valores de cotas de ICMS que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 127.800 (R\$ 117.560 em 31 de dezembro de 2024). Em maio de 2024 foi proferida sentença de total improcedência. Houve o provimento da apelação apenas quanto ao percentual dos honorários de sucumbência. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, sobrestando o processo pelo Tema 12255/STF.

b) Trabalhistas

A Companhia figura como ré em processos trabalhistas, relacionados a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem horas extra, acúmulo de função, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros. Dentre os processos citados, os mais relevantes são:

Processo nº 0012044-14.2017.5.18.0007, movido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás, discute a concessão de intervalo intrajornada inferior a duas horas, com fundamento no art. 71, §4º, da CLT (antes da Reforma Trabalhista), bem como a aplicação do divisor 200 para 1.685 substituídos no montante de R\$ 246.378 (R\$ 620.986 em 31 de dezembro de 2024). A ação transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023, iniciando-se a fase de execução em 2024. Posteriormente, a Companhia ajuizou ação rescisória, obtendo decisão para suspender o andamento da execução até o julgamento da demanda. Ao final, foi homologado acordo no valor de R\$ 240.000, com pagamento previsto entre 2026 e 2028, com a consequente renúncia ao prosseguimento da ação rescisória.

Processo 0010799-06.2015.5.18.0017, referente a diferença salarial, que pleiteia o desvio de função dos eletricitistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos, no montante de R\$ 314.748 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), em fase de execução. Em janeiro de 2025, foi interposto agravo de instrumento. Processo retirado de pauta em razão do pedido de vistas. Homologado acordo no valor de R\$300.000 para pagamento entre os anos 2026 e 2028, a começar em junho de 2026.

A Companhia possui processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica. Dentre os processos citados, o mais relevante é:

Processo 0010150-52.2016.5.18.0002, no montante de R\$ 7.118 (R\$ 6.633 em 31 de dezembro de 2024), refere-se à ação movida por viúva e filho de trabalhador terceirizado (Eletrocampo Montagens Elétricas) com pedido de isonomia salarial e benefícios decorrentes, reconhecimento de acidente de trabalho com resultado morte, dano moral e material. Formulado pedido de responsabilidade solidária da Companhia. A sentença de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos de responsabilidade da Equatorial Goiás. Os reclamantes e 1ª reclamada interpuseram Recurso Ordinário contra a decisão, sendo mantida pelo TRT a decisão de primeiro grau. Interposto recurso de revista pelos reclamantes e 1ª reclamada, posteriormente interposto agravo de instrumento em recurso de revista. Recurso de Revista conhecido e provido no TST, todavia, mantida a ausência de responsabilidade da distribuidora. Decisão publicada em fevereiro 2026, com prazo de recurso em curso.

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do exercício, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	1.742.418	2.524.529
Atualização monetária	106.829	(6.228)
Compensação	(295.378)	(775.883)
Saldo final	1.553.869	1.742.418
Circulante	367.877	204.611
Não circulante	1.185.992	1.537.807
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.553.869	1.742.418

21 Outras contas a pagar

	2025	2024
Circulante		
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	27.334	42.079
Devoluções a consumidores (b)	2.399	59.902
Convênios de arrecadação	3.245	4.530
Créditos de geração distribuída (c)	377.038	190.844
Partes relacionadas	19.075	80.864
Outras contas a pagar (d)	365.350	209.173
Total circulante	794.441	587.392
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	32.562	32.562
Autos de infração	54.284	33.824
Outras contas a pagar	5.796	6.682
Total não circulante	92.642	73.068
Totais outras contas a pagar	887.083	660.460

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- (b) Recebimento do bônus Itaipu o qual foi repassado aos consumidores;
- (c) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 26 - Energia elétrica comprada para revenda; e
- (d) Refere-se, principalmente, ao saldo de valores recebidos de serviços de terceiros prestados na rede com ordens em andamento.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.664.952 (R\$ 5.664.952 em 31 de dezembro de 2024), e o capital autorizado é de R\$ 7.500.000 (R\$ 7.500.000 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, e sua composição de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025		2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	282.991.157	99,97	282.965.232	99,96
Outros (minoritários)	76.097	0,03	102.022	0,04
Total	283.067.254	100,00	283.067.254	100,00

Dentro do limite do capital autorizado e das ações ordinárias existentes, independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração, será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia.

22.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

	2024	Quota de reavaliação	Amortização	2025
Reserva de reavaliação	50.918	(16.162)	-	34.756
Encargo tributário	(16.689)	-	4.881	(11.808)
Total	34.229	(16.162)	4.881	22.948

	2023	Quota de reavaliação	Amortização	2024
Reserva de reavaliação	67.742	(16.824)	-	50.918
Encargo tributário	(23.576)	-	6.887	(16.689)
Total	44.166	(16.824)	6.887	34.229

22.3 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 4.690.958 (R\$ 4.349.287 em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo ocorreu devido ao prejuízo do exercício no montante de R\$ 352.952 (lucro de R\$ 356.892 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, houve realização de reserva de reavaliação de R\$ 11.281 (R\$ (9.937 em 31 de dezembro de 2024).

22.4 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2025		2024	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(352.952)	(352.952)	356.892	356.892
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	283.067	283.067	283.067	283.067
Resultado básico e diluído por ação (R\$)	(1,24689)	(1,24689)	1,26080	1,26080

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

23 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu Planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

23.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o exercício

Em opções	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	260.000	-	440.000	-
Encerrados e transferidos ao fim do exercício	(90.000)	-	(180.000)	-
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	-	-	37.500	23,63
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	70.000	26,04	122.500	26,04
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	100.000	30,45	100.000	30,45
Total existentes ao fim do exercício	170.000	-	260.000	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,00 anos (3,65 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	13,41	11,98
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas.	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,77	32,33
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,30	10,21
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,00	3,65
Média ponderada do preço das ações (R\$)	33,05	31,78
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 478 (R\$ 2.288 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data-base.

23.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia e as suas controladas fizeram jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de performance forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	172.830	31,60	160.539	33,32
Outorgadas durante o exercício	238.549	-	12.291	-
Cancelamento/transferência (a)	(6.350)	-	-	-
Pagamentos durante o exercício	(37.500)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	367.529	38,41	172.830	31,60

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa de R\$ 5.867 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 3.042 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

23.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do exercício de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções		Valor justo médio ponderado	
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	-	-	-	-
Outorgadas durante o exercício	30.501	32,22	-	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	30.501	32,22	-	-
Existentes ao fim do exercício	30.501	-	-	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 199 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

24 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2025	2024
Receita de distribuição	10.965.403	9.913.977
Remuneração financeira <i>WACC</i> (a)	173.052	153.978
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	1.396.426	942.081
Subvenção CDE – Outros	749.098	663.901
Fornecimento de energia elétrica	13.283.979	11.673.937
Suprimento de energia elétrica (c)	374.546	234.626
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.249.098	1.035.835
Receita de construção	2.617.535	2.124.537
Atualização do ativo financeiro	90.440	75.084
Outras receitas	332.239	252.696
Receita operacional bruta	17.947.837	15.396.715
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(2.047.558)	(1.838.897)
PIS e COFINS	(1.184.937)	(1.100.482)
Encargos do consumidor	(113.560)	(99.643)
ISS	(498)	(473)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.712.686)	(1.396.541)
Penalidades DIC/FIC e outras	(176.707)	(105.273)
Deduções da receita operacional	(5.235.946)	(4.541.309)
Receita operacional líquida	12.711.891	10.855.406

- (a) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (b) A variação positiva de R\$ 454.345 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$497.746; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 1.138.220 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 186.435 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias ocorridas em 2025, diferente do ocorrido no exercício anterior; e (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 306; e
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a Companhia ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2025. No exercício anterior de 31 de dezembro de 2024 foram 859.407 MWh vendidos e ao passo que no exercício de 31 de dezembro de 2025 foram 1.203.111 MWh vendidos. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



25 Custo do serviço e despesas operacionais

	2025					2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(109.114)	(36.599)	(102.577)	-	(248.290)	(131.220)	(33.126)	(14.848)	-	(179.194)
Material	(56.293)	(2.985)	(4.752)	-	(64.030)	(70.337)	(6.094)	(9.669)	-	(86.100)
Serviços de terceiros	(530.266)	(176.813)	(204.311)	-	(911.390)	(600.450)	(40.867)	(341.499)	-	(982.816)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(5.877.638)	-	-	-	(5.877.638)	(5.190.963)	-	-	-	(5.190.963)
Custo de construção (b)	(2.617.535)	-	-	-	(2.617.535)	(2.124.537)	-	-	-	(2.124.537)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(156.137)	(156.137)	-	-	-	(39.320)	(39.320)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC - nota explicativa nº 10	-	-	9.184	(91.271)	(82.087)	-	-	(39.231)	(51.138)	(90.369)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(299.751)	-	(299.751)	-	-	(5.051)	-	(5.051)
Amortização	(599.043)	-	(109.210)	-	(708.253)	(618.077)	-	(64.139)	-	(682.216)
Outros	(3.465)	(3.797)	(15.729)	6.839	(16.152)	(8.419)	1.623	(20.465)	26.209	(1.052)
Total	(9.793.354)	(220.194)	(727.146)	(240.569)	(10.981.263)	(8.744.003)	(78.464)	(494.902)	(64.249)	(9.381.618)

- (a) Para maior detalhamento, vide abertura dos custos da energia comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 26 – Energia elétrica comprada para revenda; e
- (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados as construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e nº 24 – Receita operacional líquida.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



26 Energia elétrica comprada para revenda

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	8.941	(2.574.471)	9.088	(2.362.161)
Contratos Eletronuclear	468	(150.444)	473	(142.499)
Contratos cotas de garantias	1.888	(563.639)	2.295	(514.721)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(235.699)	-	(312.847)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(532.973)	-	(289.676)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	249	(201.835)	254	(156.987)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	545.778	-	547.331
Aquisição de energia - Itaipu (d)	2.317	(676.853)	2.391	(563.458)
Geração distribuída (e)	-	(186.195)	-	(185.867)
Subtotal	13.863	(4.576.331)	14.501	(3.980.885)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(1.301.307)	-	(1.210.078)
Total	13.863	(5.877.638)	14.501	(5.190.963)

- (a) Compreende os custos com os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). Para o exercício, houve redução no volume contratado em 1,62%, embora a despesa tenha crescido em 8,99% devido ao despacho térmico dos contratos por disponibilidade, com preço médio do exercício em R\$ 287,94/MWh em relação a 2024 de R\$ 259,92/MWh;
- (b) A variação nas despesas associadas ao ESS/EER no exercício, deve-se a redução no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo ESS;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 243.297 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (d) A variação refere-se aos custos do contrato da Usina de Itaipu e aos seus efeitos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo; e
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar.

(*) não auditado.

27 Outras despesas operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	6.380	2.860
Reversão de provisão para perda de estoque	5.758	-
Outras receitas operacionais (a)	82.583	26.473
Total de outras receitas operacionais	94.721	29.333
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(173.997)	(193.932)
Indenização por danos a terceiros	(12.487)	(170)
Provisão para perda de estoque (b)	(62.801)	88.997
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	-	(5.759)
Outras despesas operacionais	(36.171)	(40.652)
Total de outras despesas operacionais	(285.456)	(151.516)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(190.735)	(122.183)

- (a) A variação deve-se, principalmente, a um ganho processual no valor de R\$ 79.233 registrado em maio de 2025, referente a uma ação cível de rescisão contratual com pedido de reparação de danos;
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão no montante de R\$ 62.801, referente à regularização do estoque de materiais, em decorrência da adequação dos saldos à posição física apurada; e
- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas baixas de títulos vencidos acima de 5 anos do contas a receber e outros créditos a receber nos valores de R\$ 28.985 e R\$ 1.010, respectivamente, contra suas respectivas PECLDs.

28 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	117.754	146.389
Valores a receber/devolver parcela A	144.914	34.453
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	62.879	42.214
Acréscimo moratório de energia vendida	58.727	62.460
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	151.134	12.103
Receita financeira de AVP (d)	-	2.239
PECLD sobre juros de mora sobre contas a receber	619	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(22.936)	(16.745)
Atualização do indébito tributário (e)	179.973	174.976
Outras receitas financeiras	53.111	75.608
Total de receitas financeiras	746.175	533.697
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(99.130)	(80.252)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(275.422)	(742)
Encargos da dívida (f)	(1.433.618)	(1.247.708)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	(281.103)	(209.144)
Atualização de contingências (g)	(610.114)	(56.070)
Juros, multas s/ operação de energia	(1.171)	(3.925)
Despesa financeira de AVP (d)	(5.117)	(13.478)
Encargos sobre déficit atuarial	(17.981)	(15.105)
Encargos de geração distribuída	-	(4.976)
Perda esperada sobre componentes financeiros de créditos (h)	(57.068)	-
Impairment – Créditos especiais – FUNAC (i)	185.946	19.143
PECLD sobre juros de mora sobre contas a receber	(5.061)	-
Outras despesas financeiras	(324.938)	(344.141)
Total de despesas financeiras	(2.924.777)	(1.956.398)
Resultado financeiro líquido	(2.178.602)	(1.422.701)

- (a) A variação negativa nos rendimentos das aplicações financeiras decorre, principalmente, da redução de 32,9% na disponibilidade média de caixa e aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%;
- (c) A despesa acumulada em 31 de dezembro de 2025, nas linhas de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu, principalmente, devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo;
- (d) Valor referente ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido de R\$ R\$ 2.001 e R\$ 3.116, conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes e nº 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos, respectivamente;
- (e) A variação refere-se, principalmente, à atualização do crédito relacionado à exclusão do ICMS;
- (f) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 23,1%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Além disso, houve impacto da elevação da taxa CDI, indexador com 84,6% de participação na dívida da Companhia, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025;
- (g) O saldo refere-se à atualização dos processos no exercício, conforme pode-se observar na nota explicativa nº 19 – Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados;
- (h) Referente a PECLD sobre a atualização financeira calculada sobre o saldo de Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC; e
- (i) A variação refere-se, principalmente, à reversão de provisão relacionada a processo de natureza trabalhista, após realização de acordo para quitação. Para maiores detalhes, consultar nota 19.2(b), processo 0012044-14.2017.5.18.0007.

29 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

29.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Tipo de Benefícios	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Equatorial BD	BD	EQTPREV	Contributivo	Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios
Contribuição Variável Equatorial	Contribuição Variável	EQTPREV	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios

29.2 Características dos outros benefícios

(a) Planos de saúde

A Companhia oferece a seus empregados um plano de saúde (CELGSAÚDE) administrado pela operadora VIVACOM Planos de Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Goiás, bem como a seus dependentes.

As contribuições são estabelecidas por custo médio para todos os beneficiários e são parcialmente custeadas pela Equatorial Goiás, conforme tabela de contribuição. Participantes desligados e/ou aposentados podem optar por permanecer no plano de saúde, desde que assumam as mensalidades em sua integralidade, sem qualquer participação da Equatorial Goiás. A permanência após o desligamento da empresa caracteriza um benefício indireto aos ex-empregados (subsídio cruzado), já que a permanência desses pode elevar a mensalidade paga pela Equatorial Goiás para os seus empregados, o que ensejaria a necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Além disso, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com alguns ex-empregados, que são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais e/ou afastamentos por invalidez.

(b) FGTS

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) tem por objetivo proteger o trabalhador demitido sem justa causa, com a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

O empregador, mensalmente, deposita 8% da remuneração bruta (incluindo horas extras e adicionais pagos) em contas bancárias em nome de cada funcionário. O saldo da conta é reajustado com uma taxa de juros de 3% ao ano, acrescido da inflação. Em caso de rescisão com o empregado sem justa causa, o empregador é obrigado a pagar um adicional de 40% do saldo acumulado do FGTS.

29.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia.

Os resultados da avaliação atuarial são apresentados a seguir:

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Apuração do passivo (ativo) líquido	2025					
	CD	BD	CV	Plano de Saúde	FGTS	TOTAL
Déficit/(Superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	117	65.743	411.594	197.919	28.825	704.198
Valor justo dos ativos do plano	(1.105)	(74.099)	(483.321)	(60.540)	-	(619.065)
Déficit/(Superávit) apurado	(988)	(8.356)	(71.727)	137.379	28.825	85.133
Efeito do Teto de Ativo	981	8.356	-	-	-	9.337
Passivos adicionais	-	-	90.691	-	-	90.691
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	981	8.356	90.691	-	-	100.028
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)						
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(7)	-	18.964	137.379	28.825	185.161
Passivo circulante						2.603
Passivo não circulante						182.558
Total						185.161

Apuração do passivo (ativo) líquido	2024					
	CD	BD	CV	Plano de Saúde	FGTS	TOTAL
Déficit/(Superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	54	67.412	431.832	164.042	29.940	693.280
Valor justo dos ativos do plano	(650)	(73.039)	(464.085)	(60.842)	-	(598.616)
Déficit/(Superávit) apurado	(596)	(5.627)	(32.253)	103.200	29.940	94.664
Efeito do Teto de Ativo	590	5.627	-	-	-	6.217
Passivos adicionais	-	-	52.677	-	-	52.677
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	590	5.627	52.677	-	-	58.894
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)						
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(6)	-	20.424	103.200	29.940	153.558
Passivo circulante						2.437
Passivo não circulante						151.121
Total						153.558

29.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Resultado do exercício 2025	Plano de saúde					
	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	Total
Custo do serviço corrente líquido	20	-	(61)	957	1.560	2.476
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	3	7.731	49.388	19.781	3.417	80.320
Rendimento esperado dos ativos do plano	(82)	(8.408)	(53.506)	(7.475)	-	(69.471)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	77	677	6.378	-	-	7.132
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	18	-	2.199	13.263	4.977	20.457
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(319)	619	(13.958)	7.778	-	(5.880)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	39	(2.672)	(18.150)	19.410	1.878	505
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	314	2.053	31.636	-	-	34.003
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	34	-	(472)	27.188	1.878	28.628

Resultado do exercício 2024	Plano de saúde					
	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	Total
Custo do serviço corrente líquido	3	-	(44)	1.258	1.615	2.832
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1	6.773	42.370	16.918	2.042	68.104
Rendimento esperado dos ativos do plano	(15)	(6.799)	(44.057)	(5.912)	-	(56.783)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	14	26	3.744	-	-	3.784
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	3	-	2.013	12.264	3.657	17.937
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(447)	(1.126)	3.933	5.715	-	8.075
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	32	(4.203)	(15.860)	(24.311)	10.828	(33.514)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	430	5.329	10.651	-	-	16.410
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	15	-	(1.276)	(18.596)	10.828	(9.029)

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



29.5 Ativos do plano

Ativos do plano incluem:	2025				
	CD	BD	CV	Plano de Saúde	TOTAL
Títulos Públicos	177.676	51.381	363.435	53.402	645.894
Fundos de Investimento:	513.622	29.638	353.214	16.369	912.843
Outros	110.227	742	33.578	17.860	162.407
Total	801.525	81.761	750.227	87.631	1.721.144

Ativos do plano incluem:	2024				
	CD	BD	CV	Plano de Saúde	TOTAL
Títulos Públicos	146.435	48.749	352.071	50.078	597.333
Fundos de Investimento:	223.844	30.668	334.606	19.745	608.863
Outros	92.542	530	33.272	16.343	142.687
Total	462.821	79.947	719.949	86.166	1.348.883

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

29.6 Obrigação de benefícios

(a) As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas em 31 de dezembro de 2025	Plano Equatorial CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS
Taxa de inflação	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto real	7,70%	7,32%	7,30%	7,16%	7,71%
Taxa de desconto nominal	12,06%	11,67%	11,72%	11,50%	12,07%
Futuros aumentos salariais	4,05%	4,05%	4,05%	Não Aplicável	4,05%
Futuros aumentos de pensão	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 Masculina Suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%, por sexo

Premissas em 31 de dezembro de 2024	Plano Equatorial CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto real	7,63%	6,73%	6,81%	6,98%	7,76%
Taxa de desconto nominal	12,97%	12,02%	12,11%	12,29%	13,10%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



		2025					
Premissa	Análise de sensibilidade	Plano Equatorial CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	TOTAL
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3)	(2.413)	(13.534)	(16.103)	(1)	(32.054)
	Redução de 0,5%	3	2.579	14.446	19.212	1	36.241
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(5)	2.064	10.593	21.222	-	33.874
	Redução de 1 ano	6	(2.087)	(10.681)	(20.644)	-	(33.406)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	19.207	-	19.207
	Redução de 0,5%	-	-	-	(16.172)	-	(16.172)

		2024					
Premissa	Análise de sensibilidade	Plano Equatorial CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	TOTAL
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	1	(2.618)	(14.971)	(14.194)	(567)	(32.349)
	Redução de 0,5%	1	2.808	16.022	17.053	594	36.478
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(2)	2.110	11.129	19.739	25	33.001
	Redução de 1 ano	3	(2.132)	(11.220)	(19.134)	(27)	(32.510)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	17.046	-	17.046
	Redução de 0,5%	-	-	-	(14.256)	-	(14.256)

Embora a análise não considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

29.7 Fluxo de caixa

		2025					
		Plano Equatorial CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	TOTAL
Fluxo de caixa no exercício							
	Contribuições do empregador	53	-	3.188	6.270	7.971	17.482
	Contribuições de participante	-	-	71	-	-	71
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	6.728	51.486	6.270	-	64.484
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	7.971	7.971
Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte							
	Contribuições do empregador	23	-	2.971	9.111	6.426	18.531
	Contribuições de participante	-	-	28	-	-	28
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	6.630	48.255	9.111	-	63.996
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	6.426	6.426

		2024					
		Plano Equatorial CD	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	TOTAL
Fluxo de caixa no exercício							
	Contribuições do empregador	22.927	-	3.096	6.545	7.256	39.824
	Contribuições de participante	-	-	135	-	-	135
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	7.241	50.804	6.545	-	64.590
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	7.256	7.256
Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte							
	Contribuições do empregador	22.441	-	3.516	6.270	7.971	40.198
	Contribuições de participante	-	-	112	-	-	112
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	59.897	6.407	49.264	6.270	-	121.838
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	7.971	7.971

30 Instrumentos financeiros

30.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 15.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 16.4 – *Covenants* das debêntures.

30.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os swaps contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de fluxo de caixa. Já os swaps contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de valor justo.

30.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	33.240	33.240	27.862	27.862
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	8.974	8.974	57.167	57.167
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	749.584	749.584	1.159.713	1.159.713
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.162.547	2.162.547	1.930.281	1.930.281
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	677.358	677.358	-	-
Outros créditos a receber – FUNAC	-	Custo amortizado	745.357	745.357	782.051	782.051
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	2.436.383	2.436.383	1.925.201	1.925.201
Total do ativo			6.813.443	6.813.443	5.882.275	5.882.275

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.135.835	1.135.835	1.377.904	1.377.904
Fornecedor – risco sacado	-	Custo amortizado	64.889	64.889	49.273	49.273
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	1.410.295	1.416.091	663.336	674.843
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	900.773	900.773	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	4.551	4.551	3.831	3.831
Debêntures	-	Custo amortizado	9.351.674	9.378.853	11.480.052	11.394.788
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	3.282.143	3.282.143	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	151.705	151.705	132.560	132.560
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	460.691	460.691
Total do passivo			16.301.865	16.334.840	14.167.647	14.093.890

30.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de swaps de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de swap para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

30.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo notional, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido. A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de hedge	Juros	Indexadores	Valor Justo		
									31/12/2025	31/12/2024	
XP	13/06/2024	15/05/2036	-	950.000	Anual	Valor justo	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(95.869)	(97.179)	
Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	70.000	383.600	Bullet	Fluxo de caixa	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	(13.639)	34.102	
BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	800.000	Anual	Valor justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,27% a.a.	(58.034)	(69.483)	
Bradesco	29/04/2025	15/08/2043	-	300.000	Mensal	Valor justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI +0,36% a.a.	(7.403)	-	
Scotiabank	18/08/2025	18/08/2028	35.000	188.825	Bullet	Fluxo de caixa	Semestral	USD + 4,6370% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(8.131)	-	
Itaú	26/08/2025	15/08/2043	-	610.000	Mensal	Valor justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,29% a.a.	(3.516)	-	
Itaú	09/09/2025	15/08/2037	-	750.000	Anual	Valor justo	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	17.452	-	
Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	750.000	Anual	Valor justo	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,063% a.a.	17.435	-	
Total									(151.705)	(132.560)	
									Passivo circulante	(1.154)	(814)
									Passivo não circulante	(150.551)	(131.746)
									Efeito líquido total	(151.705)	(132.560)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	4.732.425	(151.705)	2.133.600	(132.560)	165.929	(174.076)

30.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 42.214 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 85.029 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	168.648	12,32%	20.779	751.800	1,79%	13.459
Vencido 1 a 30	11.467	16,12%	1.848	343.800	3,18%	10.933
Vencido 31 a 60	5.865	27,35%	1.604	78.462	14,60%	11.455
Vencido 61 a 90	3.890	33,50%	1.303	26.771	24,49%	6.556
Vencido 91 a 180	9.441	40,19% a 44,43%	3.962	39.810	31,44% a 38,66%	13.566
Vencido 181 a 360	15.318	47,76% a 57,90%	8.116	54.947	40,69% a 49,73%	24.863
Acima de 360	161.012	63,31% a 100%	146.693	285.627	50% a 100%	202.367
Total	375.641		184.305	1.581.217		283.199

Aging de parcelamentos saldos a vencer

	2025				Total
	2026	2027	2028	Após 2028	
Residencial	33.226	3.649	991	305	38.171
Industrial	3.751	824	417	198	5.190
Comercial	13.428	3.504	1.801	1.955	20.688
Rural	10.350	1.496	455	55	12.356
Poder público	13.238	6.579	4.626	13.734	38.177
Iluminação pública	17.857	10.937	7.766	14.364	50.924
Serviço público	1.939	354	270	579	3.142
Total a vencer	93.789	27.343	16.326	31.190	168.648

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2025					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. há mais de 1530 dias	
Residencial	14.308	17.234	15.769	31.208	15.621	94.140
Industrial	1.434	1.128	533	1.148	465	4.708
Comercial	5.454	5.514	4.298	9.677	5.961	30.904
Rural	1.804	2.231	2.791	4.422	1.880	13.128
Poder público	1.177	1.259	784	1.321	34.374	38.915
Iluminação pública	507	368	1.095	1.398	436	3.804
Serviço público	76	66	30	-	-	172
Total parcelamentos	24.760	27.800	25.300	49.174	58.737	185.771

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PECLD
A vencer	569.938	1,79%	10.057

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD
A Vencer	13.944	1,79%	250
Vencido 1 a 30	10.597	3,18%	337
Vencido 31 a 60	3.316	14,60%	484
Vencido 61 a 90	1.483	24,49%	363
Vencido 91 a 180	2.580	31,44% a 38,66%	880
Vencido 181 a 360	3.348	40,69% a 49,73%	1.504
Acima de 360	26.625	50% a 92,52%	19.518
Total	61.893		23.336

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e Ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 0,8 (4,6 em 31 de dezembro de 2024).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	1.705.468	3.093.399	59.621	137.433	781.829	732.381	1.382.135
Empréstimos bancários sem garantia	605.600	646.416	-	646.416	-	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.311.068	3.739.815	59.621	783.849	781.829	732.381	1.382.135
Debêntures com garantia	12.633.817	21.898.472	127.492	1.248.434	1.247.598	11.730.027	7.544.921
Subtotal - Debêntures	12.633.817	21.898.472	127.492	1.248.434	1.247.598	11.730.027	7.544.921
Passivo de arrendamento	4.551	4.551	218	1.067	1.335	1.931	-
Fornecedores	1.135.835	1.135.835	515.195	562.628	58.012	-	-
Fornecedores - risco sacado	64.889	64.889	63.128	1.761	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	1.200.724	1.200.724	578.323	564.389	58.012	-	-
Total	16.150.160	26.843.562	765.654	2.597.739	2.088.774	12.464.339	8.927.056

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



(d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição ao câmbio é de 4,0% (3,7% em 31 de dezembro de 2024), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 30.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(596.786)	(645.614)	(807.018)	(968.421)	(484.210)	(322.807)
Impacto no resultado			(48.828)	(161.404)	(322.807)	161.404	322.807
Swap - Ponta Ativa	US\$	599.590	648.647	810.809	972.971	486.485	324.323
Impacto no resultado			48.828	161.404	322.807	(161.404)	(322.807)
Efeito em outros resultados abrangentes			229	758	1.517	(758)	(1.517)
Efeito líquido no resultado			-	-	-	-	-
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)		5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	758.558	863.391	889.599	915.807	837.183	810.975
Impacto no resultado do exercício				26.208	52.416	(26.208)	(52.416)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(12.039.550)	(13.703.416)	(14.119.382)	(14.535.349)	(13.287.450)	(12.871.483)
	IPCA	(2.467.903)	(2.708.524)	(2.768.679)	(2.828.834)	(2.648.369)	(2.588.214)
Total passivos financeiros		<u>(14.507.453)</u>	<u>(16.411.940)</u>	<u>(16.888.061)</u>	<u>(17.364.183)</u>	<u>(15.935.819)</u>	<u>(15.459.697)</u>
Impacto no resultado do exercício				(438.856)	(877.713)	438.856	877.713
Swap - Ponta Passiva		610.409	694.768	715.858	736.947	673.678	652.589
Impacto em outros resultados abrangentes				378	757	(378)	(757)
Impacto no resultado do exercício				21.090	42.179	(21.090)	(42.179)
Impacto líquido no resultado do exercício total				(391.558)	(783.118)	391.558	783.118
Referência para ativos e passivos financeiros¹		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
IPCA (% 12 meses)		3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%

Fonte: B3.

(f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e 16 - Debêntures.

(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo (PLD) e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2025, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2026.

(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento ambiental;
- Gestão de limpeza de faixa, podas e supressão de vegetação;
- Gestão de resíduos, educação e conscientização ambiental;
- Gestão de requisitos legais;
- Gestão de recursos hídricos; e
- Normatização e controle do sistema de gestão ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

30.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

31 Demonstração dos fluxos de caixa

31.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato	421.735
Transferências entre ativos de contrato e intangível	1.568.118
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores	36.577
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento	191.768
Total de atividades de investimento	2.218.198
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	165.929
Capitalização de juros de empréstimos	72.330
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.950
Total de atividades de financiamento	240.209
Total	2.458.407

31.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (*)	2025
Empréstimos e financiamentos	663.336	1.653.139	(82.401)	-	-	76.994	2.311.068
Debêntures	11.480.052	887.359	(1.295.633)	-	-	1.562.039	12.633.817
Instrumentos financeiros derivativos	132.560	-	(27.469)	-	(165.929)	212.543	151.705
Passivos de arrendamento	3.831	(1.230)	(619)	1.950	-	619	4.551
Totais	12.279.779	2.539.268	(1.406.122)	1.950	(165.929)	1.852.195	15.101.141

(*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

32 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2026 a 2037	3.816.693	3.504.580	3.564.362	41.121.678
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	13.599.114	13.223.965	13.026.828	127.332.716

(*) estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

33 Eventos Subsequentes

Liberação de recurso da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 1.600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI -0,7875% a.a.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

João Alberto da Silva Neto

Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto
Membro

Jorge Roberto Manoel
Membro

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-GO

Relatório da Administração 2025

A Administração da Equatorial Goiás em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações não financeiras da Equatorial Goiás, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2025

- ▶ O **volume de energia medida** no ano totalizou 19.329 GWh, representando um crescimento de 5,54% em relação a 2024;
 - ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** no exercício de 2025 atingiu R\$ 10.094 milhões, refletindo um crescimento de 15,6% em relação ao ano anterior, desconsiderando a receita de construção.
 - ▶ O **EBITDA Societário** atinge R\$ 2.248 milhões em 2025, melhorando 10,5% ou R\$ 214,3 milhões em comparação a 2024 que registrou R\$ 2.034 milhões.
 - ▶ Os **investimentos** da Equatorial Goiás somaram R\$ 2.618 bilhões em 2025, 23,2% superior aos dos investimentos realizados em 2024;
 - ▶ As **perdas de energia** auferidas em 2025 reduziram 0,5 p.p. comparado ao ano de 2024, atingindo 10,33% da energia requerida;
 - ▶ Os indicadores operacionais **DEC** e **FEC** apresentaram uma redução entre 2025 e 2024, o DEC passando de 15,9 para 12,7 e o FEC de 7,6 para 5,9, demonstrando um avanço no desempenho.
-

Mensagem do Presidente

Há três anos a Equatorial assumiu o controle da distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás. Até agora foram grandes os desafios que, com muito comprometimento com os clientes, com muita energia, trabalho árduo e constante, estamos colhendo os resultados.

Nestes três anos de Equatorial Goiás, investimos R\$ 2,6 bilhões em recuperação, modernização e expansão do sistema elétrico. Realizamos a entrega de novas subestações e a modernização de diversas subestações, além da substituição de muitos equipamentos de rede elétrica, ampliando a capacidade e a confiabilidade do fornecimento de energia em todas as regiões de Goiás.

Nos resultados econômico-financeiros, fechamos 2024 com o EBITDA Societário Ajustado em R\$ 2.248 milhões em 2025, melhorando 10,5% ou R\$ 214,3 milhões em comparação a 2024.

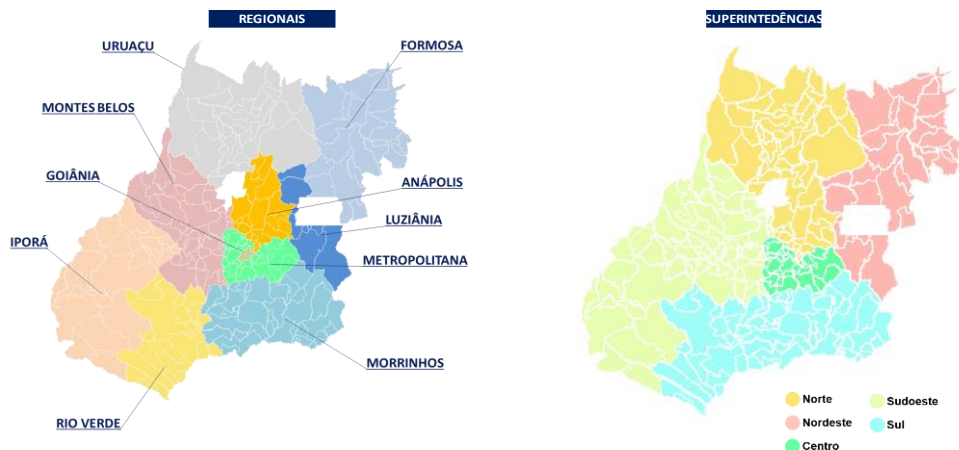
Continuamos comprometidos com o Estado de Goiás, realizando investimentos, modernizando e expandindo a infraestrutura elétrica, visando sempre o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida de todos.

Avante, Goiás!

Lener Silva Jayme
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas em Goiás

Ambiente econômico e perspectivas no estado de Goiás



Goiás	
Capital	Goiânia
Área (km ²)	340.242
Número de Municípios	246
População Estimada 2025	7.423.629
Cres. Estimado PIB GO	4,3%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita (2025)	R\$ 2.407,00
Densidade demográfica (hab/km ²)	20,74

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mal/IBC-Br>;

Os dados econômicos apresentados na tabela abrangem todo o estado de Goiás, incluindo os municípios que integram a área de concessão da CHESP. Considerando os valores mais recentes do IBGE, o Estado de Goiás tem uma população estimada em 7.423.629 habitantes distribuídos em 246 municípios e uma área territorial de cerca de 340.242 km².

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) no estado de Goiás apresentou um aumento de 2,9%. Esse crescimento foi principalmente impulsionado pelo desempenho favorável dos setores Residencial e Rural, que apresentaram crescimentos de 4,9% e 5,4%, respectivamente. O resultado observado pode ser atribuído, em grande parte, às condições climáticas verificadas em 2025, quando a temperatura média em Goiás apresentou anomalias predominantemente positivas ao longo do ano, com exceção do 3T25, que permaneceu próximo da média histórica.

No 1T25 e 2T25, as anomalias variaram entre +0,5°C e +1,5°C em praticamente todo o estado, mantendo-se nesse intervalo também no 4T25. Adicionalmente, o ano foi mais seco em relação aos últimos anos e mais quente que 2022 e 2024. Esse cenário contribuiu para a elevação da carga, especialmente nas classes residencial e rural, em função do maior uso de climatização e da intensificação de atividades dependentes de irrigação e bombeamento.

Dados Operacionais de Mercado

Dados Operacionais		2024	2025	Var
	Medida	GO	GO	25 vs 24
Energia Injetada SIN	GWh	18.728	18.449	-1,5%
Sistema isolado	GWh	-	-	-
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	1.798	3.107	72,8%
Energia Injetada Bruta Total	GWh	20.526	21.556	5,0%
<i>Variação Injetada Bruta Total (%)</i>	%		5,0%	-
Residencial - convencional	GWh	5.521	5.461	-1,1%
Residencial - baixa renda	GWh	1.036	1.069	3,2%
Industrial	GWh	337	254	-24,6%
Comercial	GWh	1.712	1.449	-15,3%
Outros	GWh	3.174	3.069	-3,3%
Consumidores Cativos	GWh	11.779	11.302	-4,0%
Industrial	GWh	3.801	3.913	2,9%
Comercial	GWh	766	963	25,7%
Outros	GWh	202	293	45,2%
Consumidores livres	GWh	4.770	5.169	8,4%
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	15	6	-59,1%
Energia Faturada	GWh	16.564	16.477	-0,5%
<i>Variação Faturada (%)</i>	%		-1%	-
SCEE - GDII + GD IIII		302	870	188,1%
Mercado Fio B	GWh	16.866	17.348	2,9%
			2,9%	-
Fluxo Passante	GWh	514	848	65,1%
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GW h	18.313	19.329	5,5%
<i>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</i>				-
Número de Consumidores	Mil	3.436	3.522	2,5%
<i>Variação Número de Consumidores (%)</i>	%		2,5%	-
Perdas totais	GWh	2.212	2.227	0,7%

Número de consumidores - Em 2025, a base total de consumidores alcançou 3.521.704 unidades, representando crescimento de 2,5% em relação a 2024. A expansão foi impulsionada principalmente pela classe residencial, que registrou aumento de 2,9% e permanece como o principal vetor de crescimento da concessão, respondendo pela maior parte do acréscimo líquido no período.

Consumidores	2025	2024	Var.
Residencial	3.060.649	2.975.484	2,86%
Industrial	8.140	8.353	-2,55%
Comercial	194.499	195.850	-0,69%
Outros	258.416	256.552	0,73%
Total	3.521.704	3.436.239	2,49%

Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se redução de -3,7%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como “Luz do Povo”.

Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de elegibilidade, refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora,

houve uma redução de -12,2% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Goiás em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável.

As classes industrial e comercial registraram redução no número de unidades consumidoras, com variações de -2,55% e -0,69%, respectivamente.

A classe apresentou crescimento de 0,73%, resultado principalmente da expansão das subclasses Poder Público, que registrou a maior variação positiva no grupo, e rural, que também contribuiu positivamente para o resultado. Por outro lado, Iluminação Pública apresentou a maior redução percentual dentro da categoria, enquanto Serviço Público e Próprio registraram pequenas variações negativas.

Mercado Fio B - O Mercado Fio B totalizou 17.348 GWh em 2025, registrando crescimento de 2,9% em relação a 2024, desempenho que deve ser analisado sob efeito base, considerando a forte expansão observada no exercício anterior.

A classe residencial apresentou crescimento de 4,85%, permanecendo como principal vetor de expansão do mercado. O segmento industrial registrou avanço de 0,91%, enquanto o comercial cresceu 2,25%, ambos contribuindo positivamente para o resultado consolidado.

Entre as demais classes, destaca-se o crescimento da classe rural, com expansão de 5,44%, refletindo maior dinamismo no segmento. Por outro lado, Iluminação Pública apresentou redução de 4,57%, e Poder Público recuou 0,31%. As classes Serviço Público e Próprio registraram variações positivas mais moderadas, de 0,25% e 2,79%, respectivamente.

Mercado Atendido - MWh			* Histórico		
	2025	2024	2024	2023	2022
Residencial	6.529.774	6.556.645	6.553.332	6.090.109	5.579.158
Industrial	4.166.584	4.138.099	4.165.263	3.926.188	3.853.889
Comercial	2.412.451	2.478.079	2.503.611	2.390.244	2.374.782
Outros	3.362.203	3.375.716	3.391.033	3.277.394	3.145.851
Suprimentos p/ agentes de distribuição	6.261	15.306			
SCEE - GDII + GD IIII	870.229	302.055			
Total	17.347.503	16.865.900	16.613.239	15.683.934	14.953.680
Variação	2,9%		5,90%	4,90%	1,60%

***Histórico** – Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com base na energia faturada. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas

nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora.

Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

Balanco energético

Comportamento do balanço - A energia injetada bruta da Equatorial Goiás no período de janeiro a dezembro de 2025 foi de 21.556 GWh, que corresponde a um crescimento de 5,0% em relação a 2024, com destaque para a energia injetada pela geração distribuída que apresentou crescimento de 72,8% no período. Ademais, em contraponto a energia advinda do sistema interligado e a energia de conexão com outras distribuidoras apresentaram quedas de -1,5% e -50,9%, respectivamente. Na energia medida houve um crescimento de 3,9% em relação ao ano de 2024. Outro destaque foi o crescimento de 65,1% na energia de fluxo passante, esse desempenho reflete o aumento da utilização da rede da distribuidora pelas usinas geradoras conectadas ao seu sistema, assim como de uso de distribuição, elevando o volume de energia que transita pela infraestrutura sem se destinar ao consumo cativo.

4.3 Balanço energético (MWh)	2024	2025	Var.
GOIÁS			
Sistema interligado	18.727.999	18.449.160	-1,5%
Energia injetada pela Geração Distribuída	1.797.516	3.106.887	72,8%
Energia injetada bruta	20.525.515	21.556.047	5,0%
Energia medida	17.784.425	18.473.215	3,9%
Energia de conexão com outras distribuidoras	15.272	7.492	-50,9%
Energia de fluxo passante	513.652	848.043	65,1%
Perdas totais	2.212.166	2.227.297	0,7%

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

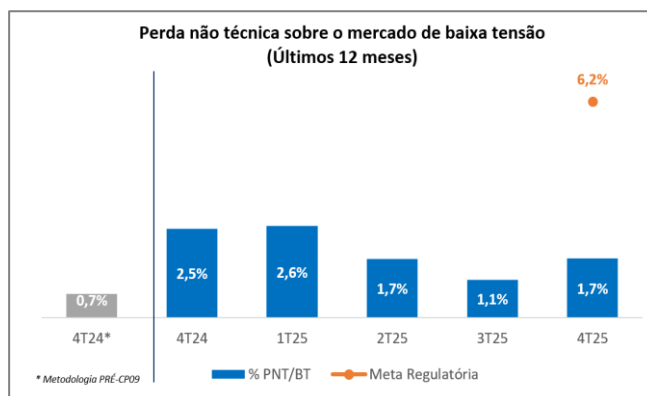
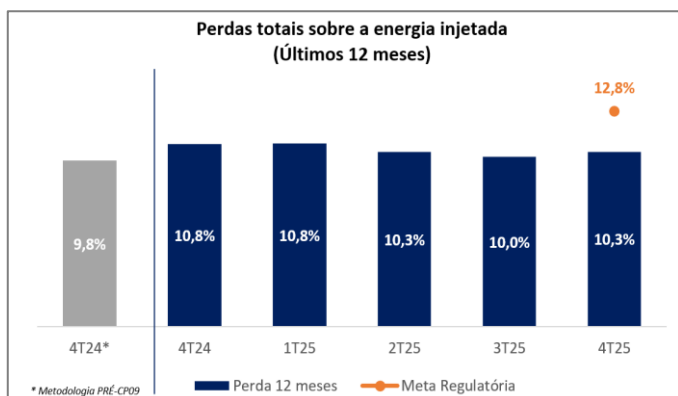
Gestão dos Negócios

Combate às Perdas

O **Despacho Aneel nº 684/2025** introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “**mercado de fornecimento medido**”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o **Grupo Equatorial** atualizou suas informações de perdas desde o **4T24**, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Goiás atingiu 21.556 GWh, representando um crescimento de 5,3% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 19.328 GWh, aumento de 5,8% em relação a 2024.

Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 2.227 GWh no ano, equivalentes a 10,33% da energia requerida. Esse desempenho implicou redução de 0,5 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 também trouxe desafios relevantes para a Equatorial Goiás, influenciados por condições climáticas que exigiram maior atenção às operações e à manutenção da rede. A variabilidade do clima ao longo do período, associada a cenários de maior pressão sobre o sistema elétrico, demandou esforços adicionais das equipes em campo para assegurar a continuidade e a estabilidade do fornecimento. Mesmo diante de um ambiente operacional mais complexo, os resultados da distribuidora permaneceram positivos.

Entre 2024 e 2025, foi registrada uma pequena redução nas perdas globais e na perda não técnica sobre mercado de baixa tensão, refletindo um desempenho estável e demonstrando que as ações estruturantes, o reforço operacional e o uso de tecnologias de monitoramento seguem contribuindo para a manutenção dos indicadores em patamares controlados.

Além disso, a **Equatorial Goiás manteve-se abaixo do indicador regulatório de perdas, assim como nos anos anteriores**, reforçando a consistência das iniciativas implementadas e o compromisso da companhia com a melhoria contínua e o desempenho operacional sustentável.

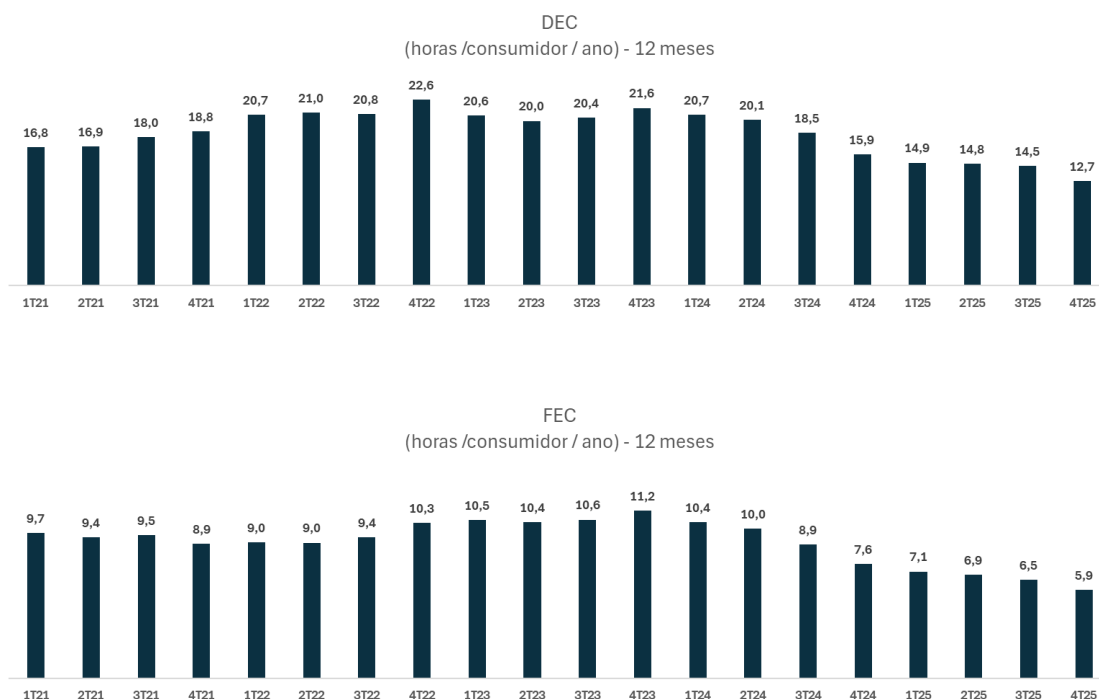
A seguir apresentamos as ações realizadas para o combate às perdas em 2025:

- Recadastramento de pontos do parque de Iluminação Pública de 16 municípios;

- Inspeção de 3,6 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Inspeção de 151,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Identificação e regularização de 22,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Regularização de 7 mil clientes clandestinos ou desligados em área onde existia rede de energia;

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC de 2025 apresentou uma redução de 20,4% em relação ao exercício anterior, o FEC de 2025 apresentou uma redução de 22,9% em relação ao exercício anterior.



Assuntos Regulatórios

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 3.544/2025, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2025 da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Equatorial Goiás), estabelecendo as tarifas aplicáveis no período de 22 de outubro de 2025 a 21 de outubro de 2026. O processo resultou em um efeito médio de 18,55% a ser percebido pelos consumidores do Estado de Goiás.

Adicionalmente, por meio do Ofício Circular nº 86/2025-SFT/ANEEL, de 29 de dezembro de 2025, e da Nota Técnica nº 223/2025-SFT/ANEEL, de 23 de dezembro de 2025, a ANEEL recomendou a aprovação do Plano de Resultados para ligações com obras apresentado pela Companhia, estabelecendo metas para o indicador PLA de 35% até junho de 2026, 25% até dezembro de 2026 e 9% até junho de 2027.

No que se refere à qualidade do fornecimento, em dezembro de 2025 os indicadores que medem a continuidade do serviço no Estado de Goiás atingiram os melhores patamares já registrados oficialmente pela ANEEL para a

concessão. Os resultados consolidados de 2025 indicaram DEC de 12,66 horas e FEC de 5,87 vezes — ambos os melhores desempenhos desde 2001. Destaca-se que o FEC permaneceu abaixo do limite regulatório vigente, de 7,39 vezes.

No âmbito das metas pactuadas no Plano de Resultados relativo à continuidade do fornecimento, a Companhia também apresentou desempenho superior ao estabelecido. Do total de 147 conjuntos elétricos, 38% atenderam ao limite regulatório do DEC, superando a meta de 29%, enquanto 78% dos conjuntos atenderam ao limite regulatório do FEC, frente à meta de 41%.

Os resultados evidenciam a evolução consistente da qualidade do serviço prestado e reforçam o compromisso da Equatorial Goiás com a eficiência operacional, a confiabilidade do sistema elétrico e a geração de valor sustentável para a sociedade e seus investidores.

Atendimento ao cliente

Como parte de uma estratégia corporativa consolidada, na qual todas as empresas do **Grupo Equatorial** estão integradas às diversas ações implementadas, destacam-se a sinergia entre processos, os ganhos de escala e a constante disseminação de boas práticas entre as distribuidoras.

O ano de 2025 consolidou avanços significativos no Atendimento ao Cliente do Grupo Equatorial. Intensificamos nossos esforços na implementação de inovações voltadas à transformação da experiência do cliente, priorizando uma jornada simplificada, ágil e de alta resolutividade. Em paralelo, lançamos o Plano de Cultura Jornada do Cliente 2026, que estabelece diretrizes estratégicas para fortalecer a centralidade do cliente em todo o ecossistema das nossas Distribuidoras. Entre as entregas mais relevantes do ano, destacam-se iniciativas que promoveram avanços concretos na experiência do cliente, contemplando diversos canais de atendimento e segmentos, com ênfase especial nos atendimentos voltados ao varejo e aos grandes clientes.

Como principais marcos estratégicos alcançados em 2025, destacamos:

- Implantação do novo site da Equatorial para as distribuidoras do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Amapá, com foco em uma experiência de navegação mais moderna, intuitiva e eficiente. A plataforma foi totalmente reconstruída com foco na experiência do usuário, apresentando design mais limpo, navegação simplificada e melhor organização dos serviços, reduzindo significativamente o tempo de busca por informações e solicitações. Também reforçamos os pilares de segurança da informação. A nova plataforma exige login e senha para acesso à Agência Virtual, com camadas adicionais de proteção e total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo mais privacidade e segurança aos dados dos clientes.
- Implantação do Aprende+ Credenciados (E-Learning), visando a padronização do acesso aos treinamentos, a ampliação da capacitação das equipes e o alinhamento aos processos, normas e diretrizes para melhorar a experiência dos clientes.
- Implantação de um novo canal de atendimento por meio de totens de autoatendimento nas distribuidoras do Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas. Ao todo, foram disponibilizados mais de 90 equipamentos, permitindo que os clientes realizem atendimentos expressos, sem filas, como a emissão de segunda via de conta, entre outros serviços que antes demandavam mais tempo. Com essa iniciativa, proporcionamos uma redução significativa no tempo de espera, valorizando o tempo dos nossos clientes — um dos bens mais preciosos da atualidade. Iniciamos com a oferta de cinco serviços, com a perspectiva de ampliar gradualmente o portfólio, aplicando melhoria contínua e curadoria constante desse novo canal. Portanto concluímos a implantação de 94 totens de autoatendimento nos estados de Alagoas, Pará, Maranhão e Piauí, contemplando 40 agências. Os equipamentos permitem a realização de serviços como segunda via de fatura, registro de falta de energia, religação, data certa e composição de consumo, proporcionando mais agilidade e autonomia aos clientes. Paralelamente à implantação, realizamos treinamentos de imersão com as equipes, apoiando a adaptação ao novo momento de digitalização do Grupo.
- Implantação da 2ª Via de Fatura via URA - disponibilização do envio automático da segunda via de fatura por meio da URA e WhatsApp, garantindo a redução do tempo médio de atendimento; maior autonomia para o cliente; melhoria na experiência digital e segurança reforçada com validação de dados e acesso exclusivo.
- Implantação do Plano de Cultura Jornada do Cliente 2026: Programa estratégico direcionado a colaboradores próprios e parceiros, consolidando a cultura de centralidade no cliente (Customer Centricity). O ciclo contemplou a capacitação da liderança, workshops de satisfação em todas as distribuidoras e ações de imersão. O lançamento foi marcado por uma Live com a alta liderança transmitida para todos os colaboradores, sustentada por um plano contínuo de comunicação para reforçar nossas diretrizes de atuação.
- Lançamento do Raio X da Experiência do Cliente: Implementamos uma trilha de suporte às Distribuidoras do Grupo, composta por vídeos e ebooks orientativos detalhando os Cards do Cliente: Operacional, Esforço e Percepção, fornecendo subsídios técnicos para a melhoria dos indicadores de cada unidade.
- Fortalecimento do Relacionamento Comunitário: Consolidamos nossa atuação social com a realização de 11.903 ações junto aos nossos principais stakeholders (lideranças, associações e instituições). Essas iniciativas

promoveram um impacto direto na vida de mais de 500 mil pessoas, reafirmando o compromisso do Grupo com o desenvolvimento das comunidades onde atuamos.

- **Gestão da Percepção e Lealdade (NPS):** Instituímos o monitoramento sistemático da jornada do cliente através do NPS, visando antecipar tendências de negócio e consolidar o posicionamento da marca. O foco é transformar o feedback em inteligência competitiva para o fortalecimento das operações do Grupo

Em relação à gestão de Grandes Clientes, evidenciamos as conquistas que marcaram o ano de 2025

- **Implantação do Hub do Consultor:** uma plataforma centralizada que reúne informações, ferramentas e recursos essenciais, otimizando o trabalho do consultor e acelerando a tomada de decisão. Também lançamos o Conexão Dedicada - Lançamento dos projetos de Educação Corporativa com ferramentas que impulsionam o desenvolvimento técnico, comportamental e organizacional da linha de frente.
- **Estruturação da Gestão de Stakeholders:** Com a criação da nova Superintendência de Relações Institucionais, estruturamos a governança de stakeholders e de crises, incorporando a metodologia benchmark do PA ao padrão corporativo. Realizamos duas rodadas de viagens a sete estados em três meses, garantindo alinhamento estratégico e implantação homogênea.
- **Avanços significativos no processo de Geração Distribuída (GD):** Com o crescimento exponencial da GD, foi realizado um diagnóstico completo, mapeamento dos processos e revisão dos controles manuais. Em seguida, foram implantados serviços de automações e melhorias no cadastro e no faturamento, tornando o processo mais rápido, confiável e transparente. Como resultado, houve redução significativa no tempo de atendimento às solicitações e reclamações.
- **Implantação do CSAT na Central de Atendimento de Grandes Clientes:** para medir a satisfação e retroalimentar o processo, fortalecendo a confiabilidade e qualidade percebida pelos clientes.
- **Canal de Comunicação Estratégica do Grande Cliente:** Início da implementação do Marketing Cloud, ferramenta global para governança da comunicação com clientes, potencializando a experiência (CX) e fortalecendo a conexão com o público estratégico.
- **Carteira Nacional:** Consolidação do modelo nacional de atendimento, uniformizando práticas para grandes conglomerados em todo o país e ampliando oportunidades de negócios para Echo energia, Enova e EQTL Telecom, com forte impacto positivo na satisfação dos clientes.

Resultados Expressivos de 2025: Grandes Clientes do Grupo Equatorial

- **Card do Grande Cliente - Consolidação da ferramenta de gestão de indicadores** que impactam na percepção dos clientes. Tivemos evolução real x real em mais de 54% dos indicadores em relação a 2024, consolidando a cultura do cliente no centro das decisões.
- **1.000 obras concluídas:** Apesar dos desafios nacionais, com a reestruturação da diretoria focada em obras AT para novas conexões, avançamos de forma consistente na execução.
- **135 mil chamadas e 460 mil e-mails atendidos:** Com nível de serviço superior a 94% e nota de CSAT de 4,5 (escala 1 a 5), reforçando eficiência operacional e rapidez no atendimento.
- **R\$ 14,1 bilhões em faturamento (PP + GC):** Fechamento do ano com aproximadamente R\$ 14,1 bilhões e IAR geral acima de 99%, evidenciando disciplina comercial e consistência de receita.
- **23,8 mil visitas registradas no Salesforce:** Uso intensivo da Matriz de Relacionamento para planejamento e execução das interações com clientes.
- **1,1 milhão de unidades com GD:** Crescimento de 33% versus 2024, totalizando 11,9% da base de clientes da Equatorial com GD entre geradoras e beneficiárias.
- **8.238 clientes no Mercado Livre:** Aumento de 36% em relação a 2024 — encerrando 2025 com 27% das unidades do Grupo A já migradas para o mercado livre.

- O ISQP Grandes Clientes apresentou evolução nas sete empresas do grupo EQTL, com destaque para a EQTL MA, que alcançou o melhor resultado entre as unidades. Todas as distribuidoras registraram seu melhor desempenho dos últimos cinco anos. As empresas EQTL MA, PA, PI, AL e CEA superaram 75 pontos de satisfação. Além disso, a EQTL PI foi a distribuidora com a maior evolução na pesquisa entre 2024 e 2025

Em relação à gestão de Reclamações e Ouvidoria, podemos destacar ações e melhorias relevantes

- Arquitetura de Dados e Inteligência Operacional (Migração Snowflake e BI's): Consolidamos a migração do nosso *data server* para a plataforma Snowflake, elevando a capacidade analítica do Grupo. Essa movimentação, somada ao desenvolvimento de novos dashboards de Business Intelligence (BI's), permite uma gestão baseada em dados em tempo real, otimizando a tomada de decisão estratégica e a previsibilidade de demandas de atendimento.
- Transformação Digital e Integração de Sistemas (API do SGO e Site x OMD): Avançamos na integração sistêmica com a implementação da API do SGO (Sistema de Gestão Operacional) e a sinergia entre o Portal Institucional e o sistema OMD. Essas entregas garantem maior fluidez na troca de informações, reduzindo fricções no atendimento digital e assegurando que as solicitações dos clientes sejam processadas com máxima celeridade.
- Excelência no Tratamento de Manifestações (Célula RA+): Estrutturamos a Célula RA+, unidade dedicada ao tratamento especializado e estratégico de manifestações em plataformas de alta visibilidade. O foco na resolutividade crítica e na proteção da imagem institucional resultou em ganhos significativos nos índices de satisfação e na percepção de valor da marca.
- Governança e Padronização Regulatória (Resolução 1000/ANEEL e ISO 9001): Asseguramos a conformidade integral às exigências da Resolução 1000 da ANEEL e a manutenção das certificações ISO 9001 em todas as unidades. A robustez dos nossos modelos de governança garante processos padronizados e auditáveis (Reclamações e Ouvidoria).

Essas entregas reafirmam o compromisso do Grupo Equatorial com a inovação contínua, posicionando o cliente no centro da estratégia corporativa e garantindo a sustentabilidade do negócio por meio da excelência operacional.

Relatório de Ações Sociais

O Programa Jornada de Segurança do Grupo Equatorial expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3,4 milhões na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação da Companhia, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação.

A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. A Companhia manteve a score B no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a score C, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a 22ª posição no ISE Bovespa (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio.

Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na COP 30, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. A Companhia investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Comunidade

A Equatorial Goiás substituiu cerca de 3000 geladeiras e 11.000 lâmpadas em mais de 153 municípios beneficiando mais de 5.000 pessoas em 2025, além de atuações com palestras, cursos e orientações sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica.

E+ Luzes na Cidade

A Equatorial Goiás modernizou a iluminação pública do município de Goianira por meio da troca gratuita de luminárias em avenidas, ruas e praças. Aproximadamente 600 mil luminárias já foram instaladas e o projeto contabiliza cerca de 1.081 MWh/ano de energia economizada.

E+ Energia do bem

A Equatorial Goiás modernizou as instalações de 3 hospitais através da substituição de equipamentos ineficientes por equipamentos novos e com sistemas de fontes incentivadas.

E+ Reciclagem

O programa E+ Reciclagem recebeu mais de duas mil e oitocentas toneladas de resíduos em 2025. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 13 mil MWh economizados além disso evitando uma emissão de CO2 na atmosfera.

Cultura e Esporte

Em 2025, a Equatorial Goiás investiu no desenvolvimento, valorização das tradições goianas e democratização do acesso à cultura para povo goiano. Por meio da lei de incentivo estadual – Programa Goyazes, foram investidos mais de R\$ 6 milhões. Desde 2023, a Equatorial Goiás vem se consolidando como uma das empresas que mais investe em cultura no Estado de Goiás. No ano de 2025, foram patrocinados 32 projetos, executados em 59 municípios nas mais diferentes regiões do estado, demonstrando o compromisso da Equatorial em democratizar o acesso à cultura.

As iniciativas contempladas pela companhia, via Programa Goyazes, incluem festivais de música, cinema e gastronomia na capital e no interior; turnês de artistas locais pelo Estado; apresentações de peças teatrais e espetáculos de dança; circo; oficinas de práticas artístico-culturais diversas. Destacaram-se projetos como a Semana Santa da Cidade de Goiás; Josephinas - Comida de Tradição - 5ª Edição do Festival Gastronômico do Vale da Serra da Mesa - Niquelândia/Goiás; Festival Goiânia Noise, EduCANTO IV; Projeto Música na Escola; 2ª edição do Festival de Circo Fora do Eixo, dentre outros.

Ainda em 2025, o Grupo Equatorial lançou seu segundo edital nacional para seleção de projetos de cultura, audiovisual e esporte, fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo da Pessoa Idosa aprovados por meio de leis federais de incentivo. Os projetos aprovados deveriam ser executados nos estados em que o Grupo atua na distribuição de energia. Para Goiás, foram selecionados onze projetos com investimentos de mais de R\$2 milhões., 01 do FIA, 01 do Fundo da Pessoa Idosa, 03 via Lei Federal de Incentivo à Cultura e 06 via Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Promoção social

Dando seguimento à estratégia de investimento social do Grupo Equatorial, em 2025 o Instituto Equatorial amplia sua atuação no Estado de Goiás por meio de parcerias estratégicas aliadas à sustentabilidade, conectando setores para ampliar o impacto positivo nas comunidades, promovendo integração entre desenvolvimento social e econômico, considerando a equidade e a inclusão como pilares fundamentais para o bem-estar coletivo. O compromisso do Instituto Equatorial é reduzir desigualdades e fortalecer o protagonismo local, por meio de programas estruturados em escuta ativa, colaboração e impacto social duradouro. Entre suas principais iniciativas está o Edital Diálogos Equatorial, que conecta pessoas, ideias e territórios para construir um futuro mais justo e sustentável.

Neste sentido, em novembro de 2025, o Instituto Equatorial lançou a segunda edição do Edital Diálogos Equatorial, com o investimento de R\$ 4 milhões destinado a projetos sociais liderados por Organizações da Sociedade Civil (OSC's) de base comunitária, e cada iniciativa aprovada poderá receber até R\$ 50 mil para execução. O edital contou com 617 inscrições e está em fase de finalização da seleção das propostas que serão aprovadas para execução em 2026 nos estados de Goiás, Piauí, Maranhão, Alagoas, Amapá, Pará e Rio Grande do Sul. Os projetos selecionados terão foco em educação; empregabilidade e geração de renda; empreendedorismo; sustentabilidade e integridade. No primeiro edital Diálogos, foram executados 20 projetos em Goiás, beneficiando 4.411 pessoas.

Dentre os projetos lançados pelo Instituto Equatorial em Goiás, destaca-se o projeto desenvolvido em parceria com a Gerando Falcões, Favela 3D no Residencial JK em Goiânia. O projeto Favela 3D tem como objetivo erradicar a miséria em territórios vulneráveis do Brasil, transformando favelas em comunidades autossustentáveis, por meio de ações integradas em moradia, urbanismo, capacitação profissional, geração de renda e inclusão digital, utilizando dados e inovação social como base para o desenvolvimento. O conceito "3D" contempla três frentes: Digna: moradia adequada, saneamento, saúde e bem-estar; Digital: inclusão digital, acesso à tecnologia e serviços; e Desenvolvida: capacitação, emprego, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico.

Para a coordenadora do Instituto Equatorial, Janaina Ali, a parceria reforça o compromisso com o desenvolvimento humano: "Acreditamos que a transformação social começa quando escutamos quem vive o território. Estar ao lado da Gerando Falcões nessa jornada é fundamental para colocarmos em prática o nosso compromisso com o desenvolvimento humano e com a redução das desigualdades. O projeto Favela 3D dialoga diretamente com a missão do Instituto Equatorial, que é promover soluções efetivas e duradouras para as comunidades onde atuamos, sempre valorizando o protagonismo local."

O presidente da Equatorial Goiás, Lener Jayme, reforça que participar da transformação do Residencial JK é mais do que cumprir um compromisso institucional: é fazer parte de uma mudança que coloca as pessoas no centro. "Quando olhamos para o Favela 3D, enxergamos propósito. Esse projeto mostra que, quando unimos tecnologia, inclusão e respeito ao território, criamos oportunidades reais de futuro. É uma honra para a Equatorial Goiás caminhar ao lado da Gerando Falcões e da comunidade, construindo soluções que devolvem dignidade, ampliam horizontes e reafirmam nosso compromisso com um desenvolvimento que chega para todos".

Outro projeto que se destaca é a Casa Próspera, desenvolvido em parceria com o Instituto BR. A iniciativa tem como objetivo fortalecer o ecossistema empreendedor, oferecendo formação, consultorias e capital exclusivamente para micro e pequenos empreendedores — formais ou informais — incluindo os da economia criativa, além de contribuir para o desenvolvimento de negócios nos territórios atendidos pelo Grupo Equatorial. A Casa Próspera Goiás, localizada em Goiânia, é uma agência de atendimento para empreendedores e para comunidade local, oferecendo capacitações gratuitas voltadas ao desenvolvimento de negócios e geração de renda. No primeiro momento foram ofertadas mais de 400 vagas para atendimentos nas áreas de marketing digital, inovação em negócios e gestão financeira, além de consultoria para os empreendedores locais.

Outro eixo de investimento social da Equatorial Goiás tem sido o Programa E+ Energia Voluntária, fortalecendo seu compromisso com a responsabilidade social, gerando o impacto positivo nas comunidades em que atuamos e o sentimento de pertencimento dos nossos colaboradores e parceiros. Em 2025 a Equatorial Goiás liderou ações de voluntariado, dentre elas, destacam-se a Páscoa Solidária em que foram arrecadados 201 itens entre caixas de chocolate e ovos de Páscoa que foram destinados a famílias atendidas pelo Projeto Social Doar & Amar. O "DOAR & AMAR" é um projeto social que visa ajudar famílias em situação de vulnerabilidade social da região Noroeste de

Goiânia, fornecendo alimentação e auxiliando na melhoria da qualidade de vida delas. Essa é uma instituição parceira do Time de Relacionamento com Comunidades da Superintendência Centro.

Ao longo do ano foram desenvolvidas outras ações de voluntariado, como, por exemplo, Mentoria Voluntária no INNOVATION CAMP 2025, atividade em parceria com a instituição social Junior Achievement Goiás. O INNOVATION CAMP é uma jornada imersiva onde os alunos aprendem na prática como transformar ideias em soluções reais, utilizando a metodologia do Design Thinking. Este foi um projeto patrocinado pela Equatorial, através do Instituto Equatorial, Edital Diálogos.

Outra ação em destaque foi o Dia D de Arrecadação de Roupas para Doação - Regionais Anápolis e Uruaçu, que em parceria com a Legião da Boa Vontade (LBV), promoveu uma ação solidária com o objetivo de doar roupas para famílias em situação de vulnerabilidades sociais que são atendidas pela LBV. Ao total foram arrecadas 600 peças de roupas.

Pensando na lógica da Sustentabilidade e economia circular, também foi desenvolvida a Campanha Tampinhas do Bem, em que os colaboradores foram convocados a fazer a diferença na vida de animais em situação de vulnerabilidade. Ao doar tampinhas plásticas, unimos forças com o Projeto EcoCats, uma organização dedicada ao resgate, acolhimento e castração de gatos, garantindo um futuro mais seguro e amoroso para esses animais. A doação de 15 quilos de tampinhas colaborou com o levantamento de recursos essenciais para o cuidado veterinário, castrações e ações de proteção animal.

Em comemoração ao Dia Nacional do Voluntário, no mês de agosto, foi realizada a Ação Voluntária Pintando o Futuro das Crianças. Onde, juntos, os colaboradores voluntários transformaram o muro do CMEI Criança Cidadã em uma obra de arte coletiva! A atividade de pintura artística levou mais cor, vida e acolhimento para o espaço, criando um ambiente inspirador para as crianças e para toda a comunidade escolar. Os voluntários tiveram a oportunidade de colocar a mão na massa, conectar-se com outras pessoas e deixar uma marca positiva que ficará por muito tempo naquele ambiente. Esta ação foi desenvolvida em parceria com a ONG Oásis de Sonhos, fundada em 2016 com foco na mobilização comunitária, buscando empoderar pessoas e fortalecer os laços nas comunidades onde atua, por meio de revitalizações voluntárias de espaços coletivos e culturais. Um dos principais focos da ONG é o desenvolvimento de ações de revitalização de espaços públicos através da arte e sustentabilidade.

A ação do CMEI Criança Cidadã foi dividida em duas etapas, a segunda etapa foi realizada no mês de setembro. Nesta intervenção criativa, os voluntários atuaram no espaço interno do CMEI, levando arte, pintura, pallets e outras ações coletivas. Visando renovar os ambientes da escola, tornando-os mais acolhedores, coloridos e funcionais! Foi uma chance de viver um dia de colaboração, criatividade e impacto positivo, deixando um legado para as crianças e para toda a comunidade escolar.

Em dezembro foi realizada a competição entre Gerências para arrecadação de alimentos não perecíveis chamada Gerência Solidária. Esta foi uma ação em parceria com a Campanha de Natal da TV Record de Goiás, Natal para Todos. Ao todo, foram arrecadadas 7,4 toneladas de alimentos, destacaram-se em primeiro lugar o COI com 1,8 tonelada de alimentos arrecadados; em segundo lugar a Gerência de Relacionamento com o Cliente da Superintendência Norte com a arrecadação de 1,4 tonelada de alimentos e, em terceiro lugar, a Gerência da Experiência com o Cliente (Tático) com a arrecadação de 888 quilos de alimentos. Os alimentos arrecadados em Goiânia foram destinados ao Programa Mesa Brasil SESC, que é a maior rede privada de bancos de alimentos da América Latina, atuando no combate à fome e ao desperdício a instituições sociais cadastradas. A instituição social beneficiada foi a Legião da Boa Vontade (LBV) Goiás.

E, para fechar o ano, realizamos a Campanha Adote uma Cartinha, em que nossos colaboradores contribuíram com a adoção de 294 cartinhas, o que pode beneficiar 298 crianças. Diferente de anos anteriores, em 2025, realizamos ações de entrega dos presentes em Aparecida de Goiânia e Goiânia, levando um grupo de voluntários para participar deste momento de interação, com direito a lanches, música, brincadeiras, Papai Noel, entrega dos presentes e muita diversão.

Programa Luz Para Todos

Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Goiás tem o papel de agente executor do Programa no Estado. O Goiás está inserido entre os 7 menores programas do país, representando mais de 1,51% do volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2025. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 265 equipes de construção.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Ao final de 2025, a Equatorial Goiás alcançou a marca histórica 167 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 262,76 milhões de habitantes. O Programa já está presente em 95,93% dos 246 municípios goianos, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T25, o investimento direto no Programa Luz para Todos, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 8 milhões e no ano de 2025 R\$ 26 milhões.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

No exercício de 2025 a receita líquida sem a receita de construção atingiu R\$ 10,1 bilhões, refletindo um crescimento de 15,6% em relação ao ano anterior.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 7,8 bilhões.

EBITDA

Em 2025, o EBITDA apresentou um crescimento de 10,5% em relação ao ano anterior, alcançando a marca de R\$ 2,2 bilhões.

Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido apresentou um saldo negativo de R\$ 2,2 bilhões, contra R\$ 1,4 bilhões negativo registrado em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na Equatorial Goiás, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pela compensação do prejuízo fiscal. Em 2025 houve despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 52,3 milhões. Adicionalmente, houve a constituição no resultado do valor de R\$ 0,3 milhão de IRPJ e CSLL diferidos.

Lucro líquido

Em 2025, a Equatorial Goiás apresentou um prejuízo de R\$ 353 milhões em comparação ao saldo positivo de R\$ 357 milhões registrado em 2024.

Endividamento

No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu o montante de R\$ 14.945 milhões. Em relação ao fechamento de 2024, o perfil da dívida da Equatorial Goiás apresenta aumento no prazo médio principalmente em função dos resgates antecipados da 4ª emissão de debêntures, com recursos das emissões de debêntures e empréstimos realizados ao longo do ano.

Investimentos

DRIVER	2023	2024	2025	HISTÓRICO
Manutenção	255	306	415	976
Expansão	1.502	1.613	1.942	5.057
Equipamentos e Sistemas	236	197	227	660
Outros	81	8	3	92
PLPT	-	-	31	31
Interligação de Usinas	-	-	-	-
Total	2.074	2.125	2.618	6.816

Investimentos próprios

Os investimentos da Equatorial Goiás, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 2.618 bilhões em 2025, aumento de R\$ 493 MM em relação a 2024. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição e melhoria da percepção do cliente, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	1	-	2	-
Alta Liderança	10	-	11	18,18
Média Liderança	44	13,64	47	10,64
Equipe	1.927	18,16	1.993	19,67
Total	1.982	17,96	2.053	19,43

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	-	0,60
Média Liderança	0,95	0,77
Equipe	0,77	0,80
Total	0,73	0,74

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial, conforme devidamente informado no Formulário de Referência da Companhia.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2023, os Diretores da Companhia Srs. Lener Silva Jayme, Diretor-Presidente; André Luiz Barata Pessoa, Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores; José Silva Sobral Neto, Diretor Jurídico; Fernanda Verzenhassi Sacchi, Diretor de Pessoas e Organização; Humberto Luiz Queiroz Nogueira, Diretor de Compras e Agnelo Coelho Neto, Diretor de Engenharia e Construção declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Serviços prestados pelo Auditor Independente

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguração limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguração limitada sobre outras contas a receber; asseguração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

André Luiz Barata

Diretor

José Silva Sobral Neto

Diretor

Humberto Luiz Queiroz Nogueira

Diretor

Agnelo Coelho Neto

Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi

Diretor

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Jr.

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Lopes Freixo Filho

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

Bruno Pinheiro Macedo Couto

Superintendente de Ativos e Contabilidade

Contador

CRC MA011842-O-3 S-GO

RELATÓRIO ANUAL 2025

Equatorial Goiás Distribuidora de
Energia S.A.

Comitê de Auditoria Estatutário

1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (referida como “Companhia” ou “Equatorial Goiás”) (“Comitê” ou “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2025.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

O relatório, atende às disposições da RCVM 23 e do Regimento Interno do Grupo Equatorial, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Goiás foi constituído na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025. No entanto, a instalação e início de funcionamento deste órgão na Equatorial Goiás se deu a partir da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2025, com a eleição dos respectivos membros. Foram eleitos para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Assim, a atual composição do Comitê é: (i) o Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê e conselheiro, com reconhecida experiência de

contabilidade societária, nos termos do art. 31C, da RCVM 23; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

A composição do Comitê da Equatorial S.A. é refletida nas suas controladas, incluindo a Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”), Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Goiás”) e Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D (“CEEE-D”)) (conjuntamente referidas como “Controladas Equatorial”).

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam. No caso da Equatorial Goiás, dada a instalação e início de funcionamento do órgão em novembro de 2025, não ocorreram reuniões do CAE envolvendo temas da Equatorial Goiás no exercício social de 2025.

Todos os Comitês das companhias do Grupo Equatorial são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Equatorial S.A. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2026.

TIAGO DE ALMEIDA NOEL

- Coordenador do Comitê
- Membro Externo Independente

JORGE ROBERTO MANOEL

- Membro do Comitê
- Membro Externo

JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO

- Membro do Comitê
- Conselheiro Independente
- Especialista Contábil

3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado

pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

Conforme exposto acima, dada a instalação e início de funcionamento do órgão em novembro de 2025, não ocorreram reuniões do CAE envolvendo temas da Equatorial Goiás no exercício social de 2025. Assim, não há temas a serem reportados em relação às atividades do exercício social de 2025, exceto pelos relatórios de Auditoria Interna que foram disponibilizados aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário ao final de 2025:

✓ **Relatórios de Auditoria Interna**

- Manutenção Rede de Distribuição (Goiás e CEEE-D).
- Projetos de Obras de Expansão, Manutenção e PLPT.
- Medição de Serviços Técnicos Comerciais (STC).
- Saúde e Segurança do Trabalho.
- Cobrança e Contas a Receber.
- Contratos de Clientes Echoenergia / Contas a Receber.
- Faturamento (Leitura).
- Proteção a dados sensíveis e críticos.
- Indicadores individuais de interrupção.
- Seguros.
- Comercialização (Echoenergia).
- Cumprimento de TAC.
- Compliance.
- Orçamento e Fluxo de Caixa.
- Obtenção de Licenças para Execução das Obras e Operações / Poda e Limpeza de Faixa da Sub-transmissão.
- Contratação e Medição de Obras de Facilities.
- Tributos.
- Cadastro de Fornecedores e Compras Descentralizadas.

4. Regimento Interno

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. em 22 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Conforme exposto acima não há atividades a serem reportadas pelo CAE da Equatorial Goiás para o exercício social de 2025.

6. Conclusões

Os membros do Comitê no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Equatorial Goiás e do Regimento Interno do Comitê, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.

Tiago de Almeida Noel
Coordenador do Comitê de
Auditoria Estatutário

Jorge Roberto Manoel
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

João Alberto da Silva Neto
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário
